



Relatório de Atividades
desenvolvidas pela
Coordenadoria Estadual da
Mulher em Situação e
Violência Doméstica e Familiar
(COEM) no âmbito Tribunal de
Justiça do Estado do Rio de
Janeiro

Biênio 2017/2018

Sumário

A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (COEM) NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	4
COMPOSIÇÃO	4
RESOLUÇÃO CNJ Nº254 DE 04/09/2018.....	5
ATIVIDADES REALIZADAS PELA COORDENADORIA.....	5
DELIBERAÇÕES EMITIDAS/CUMPRIDAS.....	6
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS/INICIADOS PELA COEM.....	6
COLEGIADO	7
MULTIPLICAÇÃO DO PROTOCOLO VIOLETA (PLANO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO ESTRATÉGICO DO TJRJ)	13
SALA LILÁS	17
REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	18
CAPACITAÇÃO	19
CURSO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA (ESAJ)	19
ENCONTRO DE EQUIPES TÉCNICAS DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	20
DIVULGAÇÕES	20
CARTILHAS - ESTADUAL E MUNICIPAL	20
OBSERVATÓRIO JUDICIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	20
MERCADO DE TRABALHO PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	21
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMERJ)	22
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	22
EVENTOS	22
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AMAERJ)	23
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	23
FÓRUM NACIONAL DOS JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FONAVID)	24
SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA	24
QUESTIONÁRIOS DO CNJ	26
META 8 – Metas Nacional do Poder Judiciário elaboradas pelo CNJ ...	26
SISTEMA JUSTIÇA EM NÚMEROS	26
MANUAL DE ROTINAS E ESTRUTURAÇÃO DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	26

JORNADA LEI MARIA DA PENHA	27
FORMAÇÃO CONTINUADA (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA UMA QUESTÃO DE GÊNERO: VALORES E POSSIBILIDADES)	27
FEMINICÍDIO – PROTOCOLO VIOLETA LARANJA	28
CENTRAL JUDICIÁRIA DE ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (CEJUVIDA) – PLANTÃO JUDICIÁRIO	30
POLICIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PCERJ)	31
SENSIBILIZAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA	32
NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (NUPEM)	32
CAPITAL	32
I e V Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	32
NOVA IGUAÇU	32
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Nova Iguaçu.....	32
BANGU	32
II e IV Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Regionais de Campo Grande e Bangu).....	32
JUSTIÇA RESTAURATIVA	34
GT-UNIFORMIZAÇÃO	34
NOTÍCIAS DIVULGADAS	35
SÍTIO DO TJRJ	35
LISTA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA COEM - 2017/2018	47
LISTA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RECEBIDOS PELA COEM - 2017/2018	59

**A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
(COEM) NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Foi instituída através do [Ato Executivo nº 182/2017](#) e possui as seguintes atribuições:

- I. contribuir para o aprimoramento da estrutura e das políticas do Poder Judiciário na área do combate e da prevenção à violência contra as mulheres;
- II. organizar e coordenar a realização das semanas de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa e garantir apoio material e humano aos juízes competentes para o julgamento dos processos relativos ao tema, aos servidores e às equipes técnicas multidisciplinares para a execução das ações do programa;
- III. encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça relatório de ações e dados referentes às semanas do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa até uma semana após o encerramento de cada etapa;
- IV. apoiar os juízes, os servidores e as equipes multidisciplinares para a melhoria da prestação jurisdicional;
- V. promover articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais para a concretização dos programas de combate à violência doméstica;
- VI. colaborar para a formação inicial continuado e especializada de juízes, servidores e colaboradores, na área do combate e prevenção à violência contra a mulher;
- VII. receber dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações pertinentes;
- VIII. entregar ao Conselho Nacional de Justiça os dados referentes aos procedimentos que envolvem violência contra a mulher, propondo mudanças e adaptações necessárias ao Sistema de Controle e Informação Processual;
- IX. manter atualizado o cadastro dos juízes titulares das Varas e dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher;
- X. apoiar a realização da Jornada Lei Maria da Penha e o Fórum Nacional de juízes de Violência Doméstica;
- XI. identificar e disseminar boas práticas para as unidades que atuem na temática da violência contra a mulher.

COMPOSIÇÃO

Portaria nº 2.504/2017, alterada pelas Portarias nº 3.255/2017, nº 3.757/2017 e 721/2018 que designou os seguintes membros para sua composição:

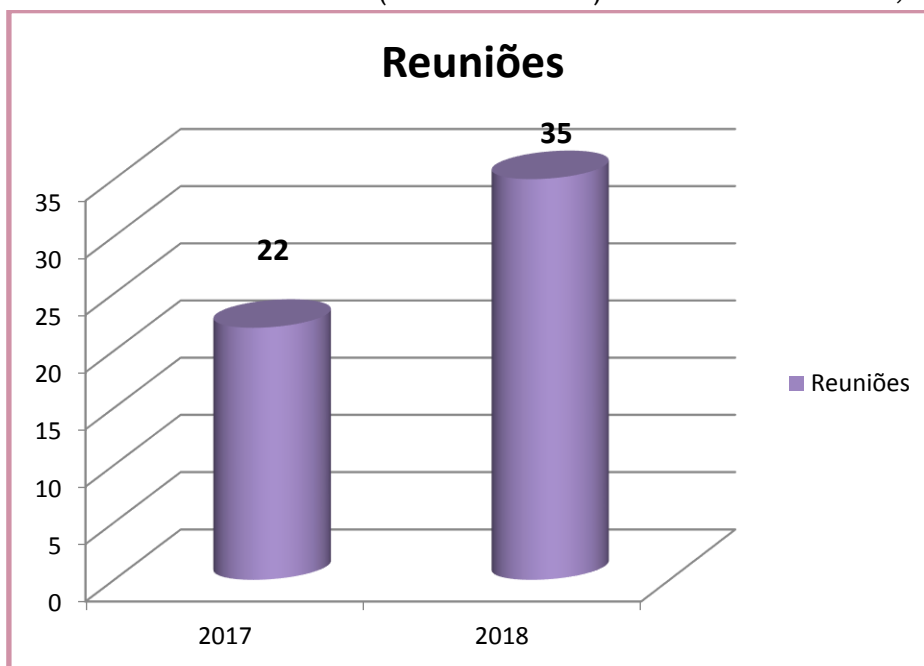
- ❖ Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Coordenadora.
- ❖ Juiz de Direito Marcelo Oliveira da Silva, Auxiliar da Presidência.
- ❖ Juiz de Direito Afonso Henrique Ferreira Barbosa, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.
- ❖ Juíza de Direito Adriana Ramos de Mello.
- ❖ Juiz de Direito Octávio Chagas de Araújo Teixeira.
- ❖ Juíza de Direito Luciana Fiala de Siqueira Carvalho.
- ❖ Juíza de Direito Renata Travassos Medina de Macedo.
- ❖ Juíza de Direito Michelle de Gouvêa Pestana Sampaio.
- ❖ Juíza de Direito Yedda Christina Ching San Filizzola Assunção.
- ❖ Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard.
- ❖ Juíza de Direito Rachel Assad da Cunha.

RESOLUÇÃO CNJ Nº254 DE 04/09/2018

O CNJ instituiu, através de Resolução, a **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres pelo Poder Judiciário**, onde prevê as Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência, elencando suas atribuições no art. 4 da referida Resolução.

ATIVIDADES REALIZADAS PELA COORDENADORIA

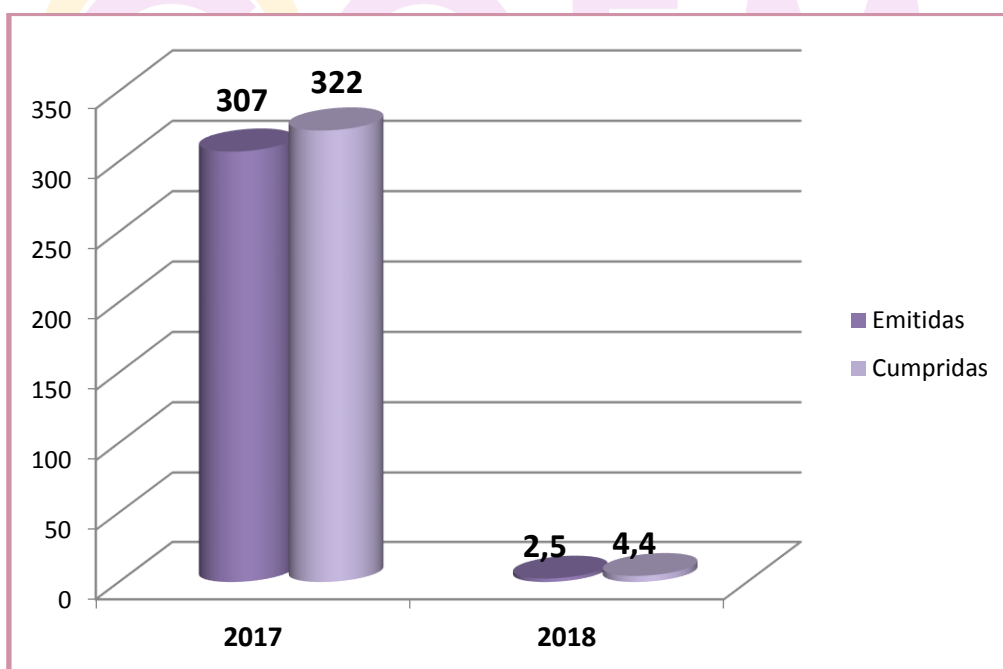
⇒ A Comissão desde a sua instituição realizou 22 (vinte e duas) reuniões em 2017 e 35 (trinta e cinco) reuniões em 2018;



QUANTIDADE REUNIÕES POR PAUTA - BIÊNIO 2017/2018	
Colegiado	15
Sala Lilás	8
Projeto Violeta	11
Semana Justiça pela Paz em Casa	10
Mercado de Trabalho	4
Rede de enfrentamento	4
Demais reuniões	5

DELIBERAÇÕES EMITIDAS/CUMPRIDAS

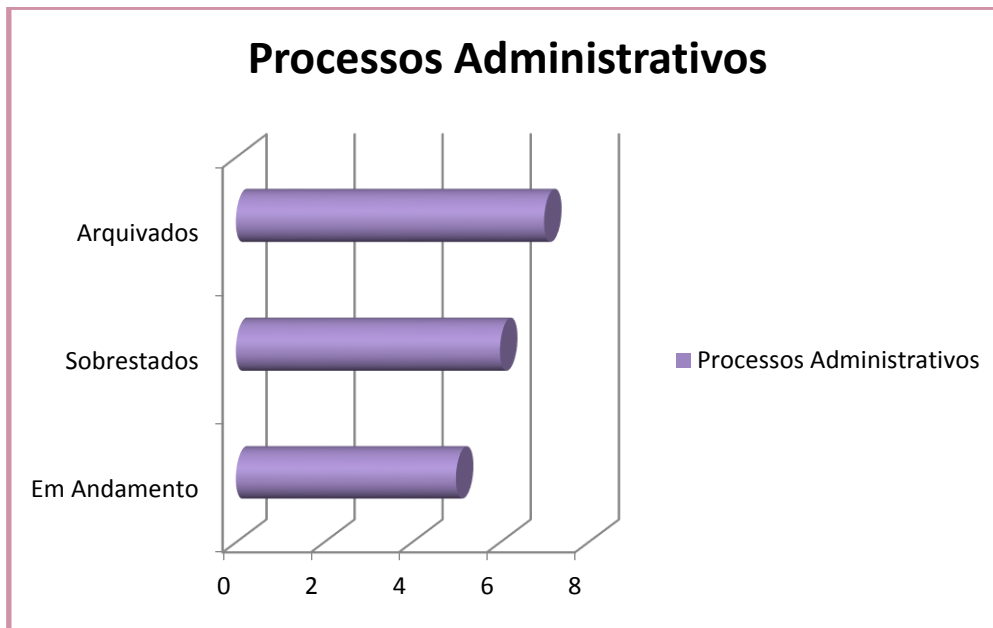
Durante o Biênio foram emitidas **784** (setecentas e oitenta e quatro) deliberações e cumpridas **750** (setecentas e cinquenta), Totalizando o percentual de **de ____ deliberações cumpridas**¹;



PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS/INICIADOS PELA COEM

⇒ 63 (sessenta e três) processos administrativos em andamento, sendo 32 (trinta e dois) arquivados;

¹ Dados coletados até o dia 07/12/2018



COLEGIADO

- Participação da **Juíza Rachel Assad da Cunha** no Programa **“Respostas Eficazes e Coordenadas à Violência contra as Mulheres”**, do Instituto Avon, que ocorreu em São Paulo, entre os dias 15 a 17 de maio de 2017.
- **Processo Administrativo nº 2017-0104269**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº18/2017**, de 20 de junho de 2017, direcionado ao Diretor-Geral da DGPES, **a fim de solicitar a designação de um estagiário para o JVDFM da Comarca de São João de Meriti**, tendo em vista o quantitativo previsto no anexo do Ato Normativo Conjunto nº18/2015. Tendo em vista, que o quadro dos estagiários se encontra completo no respectivo JVDFM, não houve necessidade do cumprimento da solicitação. **O referido processo encontra-se arquivado** (Última visualização 22/02/2018).
- **Processo administrativo de nº 2017-0104267**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº20/2017**, de 20 de junho de 2017, direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, **solicitando a designação de profissionais com especialidade em psicologia ou serviço social para os JVDFM da Comarca de Cabo Frio e São João de Meriti**. Atendendo à solicitação foram designados um psicólogo e um assistente social para a Comarca da São João de Meriti e para a Comarca

de Cabo Frio foi designado um psicólogo. **O referido processo encontra-se arquivado** (Última visualização 22/02/2018).

➤ **Processo administrativo de nº 2017-0104266**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº21/2017**, de 20 de junho de 2017, direcionado ao Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), **solicitando o desenvolvimento de indicador para medir o lapso temporal entre o recebimento e a apreciação da medida protetiva nos JVDFM**. O referido processo encontra-se na DGTEC – Serviço de Suporte a Estatística. Consta no andamento do processo que os presentes serão encaminhados para o DESIS para a avaliação da consideração realizada. A demanda faz parte de uma das ações do projeto estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2018 (Última visualização 07/12/2018).

➤ **Processo administrativo de nº 2017-112529**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº19/2017**, de 29 de junho de 2017, direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, **solicitando o encaminhamento das medidas protetivas por correio eletrônico**. O referido processo se encontra na CGJ/DGFAJ para análise (Última visualização 07/12/2018).

➤ Envio do **Ofício PRES/COEM nº62/2017** pela COEM, direcionado ao **Delegado de Polícia André Drummond**, responsável pelo Departamento Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicação (DGTIT), **solicitando alteração de aviso exposto no Registro de Ocorrência, tendo em vista o deliberado em reunião com os Delegados de Polícia Civil, realizada no dia 05/07/2017 (Ata nº03/2017)**.

➤ Envio do **Ofício PRES/COEM Nº01/2018** direcionado ao Delegado Carlos Augusto Neto Leba, Chefe da Polícia Civil, solicitando alteração no **aviso do Registro de Ocorrência: *É necessário o seu comportamento ao gabinete da Defensoria Pública em atuação no JVDFM, em até 05(cinco) dias, ressalvadas as primeiras 48 (quarenta e oito) horas, para manifestar se ainda persiste o interesse na medida cautelar pleiteada em sede policial, e ser orientada quanto aos tipos de alcance destas medidas.***

E ainda, a solicitação que sejam incluídos os seguintes Indicadores de Risco no referido R.O: 1) *Se a mulher sofreu a violência anterior;* 2) *Se*

possui medidas protetivas anteriores deferidas; 3) Se o/a agressor/a possui arma de fogo em casa; 4) Se o/a agressor/a teve processo criminal; 5) Se existe intergeracionalidade da violência (antecedentes familiares); 6) Se os filhos presenciaram a violência; 7) Se a mulher refere que a família é “isolada”, com uma pobre rede de apoio social e 8) Se a presença de alcoolismo e abuse de outras drogas.

Em 18/10/2018, a COEM recebeu o Ofício PCERJ ATA/152/2018, com a informação do Sr. Geraldo Peixoto, de inclusão do objeto solicitado nos Registros de Ocorrência.

➤ **Processo administrativo de nº 2017-0154206**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº26/2017**, de 11 de setembro de 2017, direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, com intuito de verificar os motivos pelos quais os mandados de intimação expedidos pelos JVDFM têm vindo, de forma rotineira, com certidões de periculosidade. Em 14/12/2018 foi publicado no D.O um despacho com a seguinte descrição: Cuida-se de Memorando PRES/COEM n. 26/2017, de lavra da Exma. Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), solicitando providências quanto aos Mandados de Intimação, expedidos pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que são devolvidos sem cumprimento com certidão negativa por periculosidade. A Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores-DIOJA, em parecer de fls. 08/12, acompanhado de documentação de fls. 13/36, ressalta que, embora reconhecida a relevância das atribuições dos Juizados de Violência Doméstica, ante a finalidade protetiva, a grave crise e crescente violência a que está submetido o Estado do Rio de Janeiro, deu ensejo ao reconhecimento da periculosidade para os Servidores expostos a áreas de risco para o cumprimento dos Mandados. Dessa forma foi editado o Provimento CGJ n. 22 de 13/03/2009 que estabeleceu o procedimento a ser adotado pelos OJAs, quando a diligência tiver que ser realizada em área de risco. Foi realizado um levantamento pela DIOJA, onde restou constatado que com exceção das áreas da Pavuna e Ilha do Governador, as demais serventias apresentam baixos índices de mandados devolvidos por periculosidade. Gize-se que foi considerada a totalidade de Mandados cumpridos e

devolvidos por periculosidade, sem especificação da matéria. Por todo exposto, adoto os fundamentos apresentados pela DIOJA, e, determino que se já oficiada, eletronicamente, as Centrais de cumprimento de Mandados, com atribuição em matéria de violência doméstica, para que sejam adotadas todas as medidas necessárias ao cumprimento dos Mandados, sem que isso represente risco a vida e a integridade física dos Analistas Judiciários na especialidade de Execução de Mandados, observando-se os termos do Provimento n. 22/2009, e, em sendo o caso, seja adotada a correspondência e busca de contatos para a e efetivação das diligências.

O referido processo encontra-se arquivado (Última visualização 22/02/2018).

➤ **Processo administrativo de nº 2017-0170227**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº27/2017**, direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, solicitando que as **medidas protetivas de urgências sejam distribuídas pelos próprios cartórios dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com competência exclusiva, únicos na Comarca**. O referido processo foi apensado o processo administrativo de nº 2017-0061730, **que se encontra arquivado pela CGJ** (Última visualização 07/12/2018).

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0023480**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº06/2018**, direcionado ao Presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), **a fim de solicitar a designação de magistrados em auxílio aos Juízos com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no mês de março de 2018, para o período da 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa**. A solicitação foi atendida. Tendo em vista a realização da 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa, **o referido processo encontra-se arquivado** (Última visualização 12/07/2018).

➤ **Cerimônia** de Entrega do Diploma Leolinda de Figueiredo à **Coordenadora da COEM**, Des. Suely Lopes Magalhães, realizada em 08/03/2018.

➤ **Ofício PRES/COEM N°09/2018** entregue em mãos pela Coordenadora da COEM ao Procurador-Geral, Dr. Eduardo Ciotola

Gussem, em reunião realizada no Ministério Público em 22/03/2018, com as seguintes solicitações:

A criação de Promotorias de Investigação Penal – PIPs especializadas na Lei Maia da Penha;

Alteração das atribuições dos/as Promotores/as de justiça dos Juizados de Violência Doméstica e Famílias contra a Mulher para possibilitar a oferta de eventual denúncia quando houver o deferimento das medidas protetivas do Projeto Violeta, já que muitas mulheres estão em situação de risco de morte ou de sofrer nova agressão;

A criação de promotorias especializadas em todos os Juizados de Violência Doméstica e Familiar que não tiverem promotores/as titulares;

Sem mais nesse momento, solicitamos providencias e aproveitamentos o ensejo para apresentar protestos de elevada estima e consideração.

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0075542**, instaurado pela COEM, através do **Memorando** (PRES/COEM nº17/2018 de 08 de maio de 2018), direcionado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Janeiro, informando sobre a impossibilidade dos juízos com competência em Violência Doméstica e Familiar contra Mulher abarcarem a competência de crimes contra a criança e o adolescente, conforme o Art. 23 da Lei 13.431/2017 que prevê:

“Art. 23 Os órgãos responsáveis pela organização judiciária poderão criar juizados ou varas especializadas em crimes contra criança e o adolescente.

Parágrafo único. Até a implementação do disposto no **caput** deste artigo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das práticas de violência ficarão, preferencialmente, a cargo dos juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins. ”

A demanda se originou a partir de uma Reunião realizada entre COEM, CEVIG e MP, em 26/03/2018, com o objetivo de debater propostas para viabilizar a criação da vara especializada em crimes contra a criança e ao adolescente, prevista no Art. 13, da lei 13.431/2017.

Sr. Rodrigo (DGJUR/DEIGE) informou em contato telefônico no dia 29.11.2018, que o Departamento realizou um parecer, após um levantamento realizado, no qual foi verificado a impossibilidade de realização do objeto devido ao baixo número de processos especializadas

em crimes contra criança e o adolescente. A COEM em seguida manifestou a ciência. **O referido processo encontra-se arquivado** (Última visualização em 19/12/2018).

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0126172**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº25/2018**, direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, sugerindo a recomendação para o cartório do Plantão Judiciário. O Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da DGTEC, informou, por meio de despacho, que o sistema DCP está apto a ser atualizado por qualquer um dos setores que tenham acesso ao Plantão Judiciário. Caso haja a necessidade de treinamento, verificar com o setor DGETEC-DEATE-DISJA. **O referido processo encontra-se arquivado.** (Última visualização em 30.10.2018).

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0126170**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº27/2018**, direcionado ao Presidente do TJRJ, **solicitando que seja avaliada a pertinência de disponibilizar um selo de reconhecimento às empresas que colaboram com o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.** O objeto não foi atendido. **O referido processo encontra-se arquivado** (Última visualização em 30.10.2018).

➤ **Processo Administrativo nº2018-0141141**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº31/2018**, direcionado do Corregedor-Geral da Justiça, **solicitando a elaboração de Aviso para definir fluxo de atualização/alimentação do sistema DCP, principalmente no que se refere à intimação do acusado.** O referido processo encontra-se Divisão de Sistema de Primeira Instancia (DESI/DGTEC). Sra. Enira da DGTEC informou que há um levantamento sendo realizado para verificação da solicitação. (Última visualização em 29.11.2018).

➤ **Processo Administrativo nº2018-0171739**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº39/2018**, direcionado ao Corregedor-geral da Justiça, **solicitando que os mandados de violência doméstica contra a mulher, em especial de feminicídio sejam relacionados para a Central de Mandados correta, sem necessidade de devolução ao cartório que expediu. O referido**

processo encontra-se arquivado pela CGJ (Última visualização em 29/11/2018).

➤ **Processo Administrativo nº2018-0176414** instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº44/2018**, direcionado ao Corregedor-geral da Justiça, solicitando um estudo prévio visando a celebração com Universidades para abranger vários municípios do Rio de Janeiro. **O referido processo como informado pela Sra. Ana Paula encontra-se no Serviço de Apoio aos Psicólogos (SEPSI) da CGJ/DIATI, onde está sendo realizado o respectivo estudo** (Última visualização em 06/12/2018).

➤ **Processo administrativo de nº2018-0185911** instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº47/2018**, direcionado ao Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), **solicitando, caso possível, a disponibilização da sala mediação no Fórum de Angra dos Reis. O referido processo está no NUPEMEC. Sra. Vera informou por contato telefônico a COEM, que o processo está a para conclusão no gabinete do Des. César Cury** (Última visualização em 05.12.2018).

MULTIPLICAÇÃO DO PROTOCOLO VIOLETA (PLANO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO ESTRATÉGICO DO TJRJ)
REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO ESTRATÉGICO -> 93,50%

- Apoio na realização e revisão do cronograma **Plano de Gerenciamento do Projeto Estratégico (PGP)** “Multiplicação do protocolo Violeta”, bem como na execução das suas ações.

AÇÕES

1. **Visitas realizadas nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, que geraram relatórios submetidos aos membros da COEM.

❖ **I JVDFM DA COMARCA DA CAPITAL: 13 de junho de 2017;**

❖ **JVDFM DA COMARCA DE SÃO JOÃO DE MERITI: 20 de junho de 2017;**

❖ **JVDFM DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS: 10 de outubro de 2017;**

❖ **JVDFM DA COMARCA DE ANGRA DOS REIS: 18 de julho de 2017 -> O Relatório desta visita deu origem ao Processo Administrativo nº2017-122200. Foi realizada uma fiscalização da**

serventia pela CGJ e em seguida os autos foram sobrestados por 120 dias. O referido processo encontra-se na CGJ/DIFIJ, para análise dos dados (Última visualização 13/12/2018).

2. **Implementação do Projeto Violeta** no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de **São João de Meriti** e **Saquarema**, em 06/11/2017 e 22/11/2017, respectivamente.

3. **Processo administrativo nº2018-40229**, instaurado pela COEM, através de uma minuta de **Ato Normativo** para a institucionalização do Projeto Violeta. Em 24/08/2018, foi publicado o **Ato Normativo Conjunto nº11/2018** que **dispõe sobre o funcionamento do Projeto Violeta** e estabelece os requisitos necessários a serem observados no âmbito deste Poder Judiciário. **O referido processo administrativo encontra-se no Gabinete da DGLOG.**

4. **Visitas realizadas** nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher integrantes do Projeto Violeta, cumprindo, assim, uma das ações elencadas no Plano de Gerenciamento do Projeto Estratégico (PGP) “Multiplicação do protocolo Violeta”. As visitas geraram um relatório com os pontos levantados. Foram realizadas visitas nas seguintes serventias:

- ❖ **I JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DA CAPITAL** – 12/12/2018;
- ❖ **IV JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - REGIONAL DE BANGU** – 07/02/2018;
- ❖ **II JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - REGIONAL DE CAMPO GRANDE** – 07/02/2018;
- ❖ **V JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU - MESQUITA** – 12/06/2018;
- ❖ **JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DE MERITI** – 26/06/2018;
- ❖ **JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E ESPECIAL ADJUNTO CRIMINAL DA COMARCA DE SAQUAREMA** – 03/07/2018.

5. **Visita realizada** na Comarca de **Belford Roxo**, em 12/06/2018, afim de verificar as condições da Comarca, conforme o Ato Conjunto nº11/2018 do TJRJ, para a possível **implementação** do Projeto Violeta.

6. **Processo Administrativo nº 2018-0137392**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº29/2018**, direcionado ao Presidente do TJRJ, **solicitando seja verificada a possibilidade deste Poder Judiciário aceitar doações, para implementação do Projeto Violeta em Belford Roxo**. A COEM enviou Ofícios à empresa de transporte Flores Ltda. e à empresa Libra Terminal RJ solicitando a possibilidade de doação em razão da implementação do Projeto Violeta. A empresa de transporte Flores Ltda. realizou a doação de um aparelho de DVD. **O referido processo encontra-se sobrestado na COEM aguardando a próxima reunião do Colegiado** (Última visualização em 06/12/2018).

7. **Processo administrativo de nº 2018-0098370**, instaurado pela COEM, com a minuta de **Provimento** que **dispõe sobre procedimento das medidas protetivas de urgência no Plantão Judiciário**, aprovada pelos membros da COEM. O referido processo encontra-se na CGJ/DGFAJ, para análise.

8. **Reunião** realizada em 03.09.2018, onde foram convidados os **magistrados que manifestaram interesse na implementação do Projeto Violeta** em suas respectivas serventias. Comarcas convidadas: Teresópolis, Volta Redonda, Belford Roxo, Guapimirim.

9. *Processo Administrativo nº 2018-0174158*, instaurada pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº42/2018**, direcionado ao Corregedor-geral da Justiça do TJRJ, **solicitando manutenção e designação de servidores para o JVDFM da Comarca de Belford Roxo, tendo vista a previsão da implementação do Projeto Violeta**. O objeto solicitado nos respectivos autos foi atendido, mantendo-se os servidores nessa serventia. **O referido processo encontra-se arquivado pela CGJ** (Última visualização em 06/12/2018).

10. **Processo Administrativo nº 2018-0174160**, instaurada pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº43/2018**, direcionado ao Presidente do TJRJ, **solicitando a designação de**

estagiário para o JVDFM da Comarca de Belford Roxo, atendendo o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº13/2018). O referido processo encontra-se na DGPEs. Sra. Michele do Serviço de Administração do Programa do estágio – DGPEs informou que o objeto foi atendido, com a designação de um estagiário (Última visualização 06.12.2018).

11. **Visita realizada** na Comarca de **Itaboraí**, em 19.09.2018, a fim de verificar as condições da Comarca, conforme o Ato Conjunto nº11/2018 do TJRJ, para a possível **implementação** do Projeto Violeta.

12. **Visita realizada** na Comarca de **Araruama**, em 25.09.2018, a fim de verificar as condições da Comarca, conforme o Ato Conjunto nº11/2018 do TJRJ, para a possível **implementação** do Projeto Violeta.

13. **Reunião** realizada em 05.11.2018, com a presença **MP, DP e PCIVIL**, onde foi definida a **expansão do escopo do Projeto Violeta** em âmbito estadual.

14. Divulgação das redes municipais aos Magistrados, serventias e equipes técnicas que atuam na competência da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. **(VAMOS MANDAR HOJE)**

15. Reunião realizada com o Magistrado titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Petrópolis em que foi manifestado interesse do Magistrado na implementação do Projeto Violeta.

PROVIMENTOS

➤ **Processo administrativo de nº 2017-112529**, instaurado pela COEM, através do Memorando PRES/COEM nº19/2017, direcionado ao Corregedor-Geral, a fim de solicitar a publicação de uma norma que permita o envio, por correio eletrônico, dos registros de ocorrência referentes às medidas protetivas de urgência, aos Juízos com competência de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Foram realizadas reuniões sobre esse assunto e após debates ficou definida a elaboração de Provimento para alterar a consolidação normativa para constar o monitoramento da caixa de correio eletrônico **projeto violeta@tjrj.jus.br** pelo **Departamento de Distribuição (DEDIS/CGJ)** durante o expediente forense (dias úteis, das 11h às 18h)

e que ao acessar a mensagem verificará o local do fato, distribuirá a medida e, caso a competência seja da regional ou interior, encaminhará a mensagem para o serviço de distribuição competente que realizará a rotina de distribuição. **Nos plantões noturnos** (das 18h às 11h do dia seguinte) o Monitoramento será feito pelo **Serviço de Administração do Plantão Judicial do DESIS (DEDIS/SEPJU)** que acessará a mensagem e autuará a medida para apreciação pelo Juiz de Plantão. **Nos plantões de final de semana e feriados** (dias não úteis, das 11h às 18h) o monitoramento também será feito pelo DESIS/SEPJU, entretanto, ao verificar o local do fato: (i) autuará a medida protetiva para apreciação do Juiz de Plantão, quando for competência do Plantão da Capital; (ii) encaminhará a mensagem para a Vara de Plantão correspondente (Plantão no Interior). Na oportunidade, ainda foram incluídos os casos do Protocolo Violeta Laranja –Feminicídio. **Provimento nº XX/2018**
Publicado em _____

➤ Foi instaurado o **Processo Administrativo nº2018-0098370** pela COEM, a fim de solicitar a elaboração de Provimento sobre o recebimento de medidas protetivas no Plantão Judiciário. **Provimento nº XX/2018** **Publicado em** _____

SALA LILÁS

A Sala Lilás é um espaço humanizado, localizado nos Institutos Médico Legais (IML's), com o objetivo de prestar atendimento especializado e humanizado às mulheres vítimas de violência física e sexual. As salas são equipadas para fazer exames periciais e possui uma equipe multidisciplinar para realizar os atendimentos especializados. A integração dos serviços pretende ajudar as vítimas a se sentirem mais à vontade para relatar e falar sobre a violência sofrida. A ambientação mais acolhedora e aconchegante com mensagens escritas nas paredes, auxiliam para o apoio para as vítimas que estão em momentos de extrema fragilidade física e emocional.

➤ Em 16/03/2017 foi realizada reunião para acompanhar o desenvolvimento das atividades na Sala Lilás no Município do Rio de Janeiro. A reunião impulsionou a realização de ações necessárias para

manutenção da sala humanizada. **O TJRJ participou do referido Projeto realizando a pintura e a mão de obra de electricista para instalar a TV e o ar condicionado**, bem como auxiliou na expansão da estrutura física, que possui uma sala para realização de exame ginecológico, uma sala anexa para o acolhimento inicial e outra para a brinquedoteca.

➤ Visita realizada à Sala Lilás do IML, em abril de 2017, em que foi verificado o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Convênio e levantadas sugestões e necessidades para otimizar as atividades desenvolvidas.

➤ Em 24/07/2017 foi apresentado os **dados estatísticos** da Sala Lilás pela Secretaria Municipal de Saúde.

➤ Em abril de 2018 foram **iniciadas as tratativas** para implementação da Sala Lilás na **Comarca de Campo Grande** e também de Niterói.

➤ Em 23/03/2018 foi realizada visita na Sala Lilás do Município do Rio de Janeiro para acompanhar as atividades desenvolvidas.

➤ Em 11/04/2018 foi realizada visita no Instituto Médico Legal de Campo Grande junto com a equipe de Engenharia do TJRJ para verificar o espaço físico destinado à instalação da Sala Lilás.

➤ Em 10/09/2018 foi realizada a **cerimônia de inauguração da Sala Lilás no IML de Campo Grande**.

➤ Instaurado o **Processo administrativo de nº 2018-0215865**, a partir da **Ata de Reunião nº29/2018**, realizada em 22/10/2018, para a continuação das tratativas para a implementação da **Sala Lilás no Instituto Médico Legal de Niterói**. O referido processo encontra-se sobrestado na COEM, aguardando a realização da próxima reunião da COEM.

REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Uma das atribuições da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, prevista no art.4º, V, da Resolução CNJ nº 254/2018, é **“promover a articulação interna e**

externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais para a concretização dos programas de combate à violência doméstica”. Diante disso, esta Coordenadoria Estadual realiza periodicamente (2 meses) reuniões com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher com a participação do Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, Assistência Social, Educação, representantes da CEJUVIDA, das casas-abrigo do Estado e Município do RJ e dos Centros de Referência.

A articulação com a rede de enfrentamento visa melhorar/otimizar o atendimento/serviço à mulher em situação de violência doméstica, permitindo a ela um melhor acesso à justiça, aos serviços de saúde, assistência social e aos meios necessários à sua proteção e direitos humanos.

Sua atuação é articulada e intersetorializada, potencializando ao máximo essas características, para tornar a REDE mais dinâmica, eficaz, onde a rota das mulheres em busca de seus direitos seja curta e rápida.

Foram realizadas quatro reuniões da rede de enfrentamento: 15/01/2018; 16.04.2018; 18.07.2018 e 06.11.2018.

CAPACITAÇÃO

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CURSO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA (ESAJ)

Em agosto de 2018, foi realizado o **curso de capacitação dos Oficiais de Justiça** que atuam na **competência violência doméstica e familiar contra a mulher**. O Respectivo curso contou com a participação de 48 OJAS da Central de Mandados das Varas Criminais da Capital e foi ministrado pela Exma. Juíza Luciana Fiala, titular do V Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital e membro da COEM.

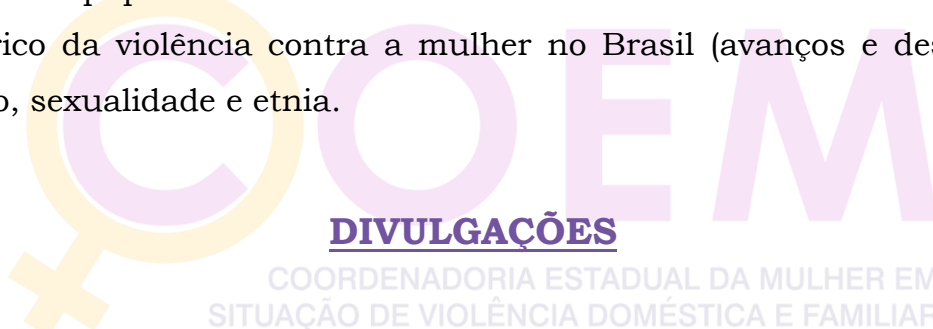
A **CGJ/DGFAJ/DIOJA** consolidou as sugestões apresentadas pelos Oficiais de Justiça durante a realização do curso e submeteu à apreciação desta Coordenadoria, que instaurou o **Processo Administrativo nº 2018-0238904** sugerindo estudo da CGJ/DGFAJ/DIOJA em busca de otimizar a rotina dos Oficiais de

Justiça, visando uma maior efetivação no cumprimento dos mandados de medidas protetivas de urgência.

A intenção da Coordenadoria é promover esse curso periodicamente, junto à CGJ, tendo em vista o importante papel do Oficial de Justiça no cumprimento dos mandados de medidas protetivas de urgência.

ENCONTRO DE EQUIPES TÉCNICAS DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

A **Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (CGJ/DIATI)** e a COEM, promoveram o “**Encontro das Equipes Técnicas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**”, nos dias 16/03/2018 e 28/11/2018, com o intuito de fortalecer a comunicação entre as Equipes Técnicas. No encontro foram abordados temas como: Histórico da violência contra a mulher no Brasil (avanços e desafios), gênero, sexualidade e etnia.



CARTILHAS - ESTADUAL E MUNICIPAL

- Atualização da **cartilha da Lei Maria da Penha**.
- Elaboração de **cartilha de bolso** com o mapeamento da rede municipal de combate à violência contra a mulher.
- Elaboração de **cartão de visitas da COEM** para os membros da Coordenadoria.
- Levantamento da rede enfrentamento a violência contra mulher para a elaboração de uma Cartilha Estadual.
- Atualização do **folder do Projeto Violeta**.

OBSERVATÓRIO JUDICIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

- Divulgação de **eventos e notícias em relação a violência doméstica e familiar contra a mulher**.

➤ Envio mensal do **relatório estatístico** da Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (**CEJUVIDA**).

➤ Encaminhamento dos **Enunciados** vigentes do Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (**FONAVID**).

MERCADO DE TRABALHO PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

➤ Em 09.05.2018 foi realizada reunião com o objetivo de firmar parceria com outras Instituições para **encaminhar a vítima** da violência doméstica e familiar **para o mercado de trabalho e cursos de capacitação**, a fim de retirá-la do ciclo da violência.

➤ Em 31/07/2018 foi realizada reunião com as **Instituições SESC-SENAC e SEBRAE** onde foram iniciadas as tratativas para permitir a reinserção de mulheres vítimas de violência doméstica, inicialmente para as moradoras da Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro, no mercado de trabalho, através de possíveis cursos de capacitação.

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0141965**, instaurado pelo o **Memorando PRES/COEM nº33/2018**, direcionado ao Presidente do TJRJ, a fim de verificar a manifestação de interesse da Alta Administração em celebrar Convênio com as instituições SEBRAE e SENAC. O referido processo encontra-se sobrestado na COEM, aguardando a próxima reunião da COEM. (*Última visualização 06/12/2018*).

➤ Em 02.10.2018 foi realizada reunião com o **SEBRAE** onde se iniciou as tratativas para a **celebração do Convênio para oferecimento de cursos e/ou ações sociais que permitam e capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho**.

➤ Em 10.10.2018 foi realizada reunião com o SEBRAE em que foram debatidas as ações a serem realizadas em parceria.

➤ Em 30/11/2018 foi realizado o **Projeto Piloto “Lab Ideias – um espaço de estímulo à criação de novos conhecimentos”** com a participação de **17 mulheres vítimas de violência doméstica** que fazem parte de um Projeto do Departamento de Promoção Pró-Sustentabilidade

(DEAPE). O referido Projeto Piloto foi uma parceria da COEM e DEAPE com o SEBRAE e serve como uma oficina de empreendedorismo para mulheres vítimas de violência doméstica.

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMERJ)

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

➤ **Processo administrativo 2017-181071**, instaurado pela COEM, pelo **Memorando PRES/COEM nº31/2017**, de 23 de outubro de 2017, direcionado ao Diretor-Geral da EMERJ, solicitando que seja estudada a possibilidade de inserir no conteúdo programático do curso de **formação continuada** sobre “**Audiência de Custódia**”, ao menos um módulo que contemple a competência de violência doméstica e familiar contra a mulher. A EMERJ informou que no dia 12/03/2018, que um módulo foi realizado sobre o mencionado tema sendo ministrado pela Dra. Adriana Ramos de Mello, titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca da Capital. O referido processo encontra-se arquivado (Última visualização 22/02/2018).

EVENTOS

➤ Apoio no evento “**A Violência contra Transexuais no Brasil**”, realizado em 21/11/2018, pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero. O encontro fez parte da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, uma mobilização que tem a adesão de cerca de 160 países com o engajamento da sociedade civil e do poder público.

➤ Apoio na palestra sobre **Etnia, Raça e Gênero no contexto dos Direitos Humanos**, realizado em 01/12/2017. O encontro se iniciou com a abertura do Des. Caetano Ernesto da Fonseca Costa, Presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da EMERJ.

➤ Apoio no evento “**Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes**”, realizado em 09/03/2018, pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, com os seguintes temas: A Trajetória dos Direitos das Mulheres na Constituinte; A Constituição Federal e os Avanços no Âmbito da Família e da Saúde; A Constituição

Federal e o Combate à Violência e a Constituição Federal e os Avanços na Área Trabalhista, finalizando o evento com a divulgação dos dados estatísticos referentes à 10ª edição da Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa.

➤ Apoio no evento **“A Lei Maria da penha e as Medidas de Proteção à Mulher”**, promovido pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, em 15/08/2018. O evento contou com a presença das seguintes palestrantes: Dra. Adriana Ramos de Mello; Dra. Leila Linhares Barsted; Dra. Andréa Rodrigues Amin; Dra. Gabriela Von Beauvais, e, por fim, a apresentação do Aplicativo ValoraSeg, pela servidora Anatália Jacuru.

➤ Apoio no evento promovido **pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, “12 anos da Lei Maria da Penha: avanços e retrocessos”**, em 24/08/2018, com a presença da Dra. Adriana Ramos de Mello na abertura e como debatedora do evento, além Profa. Fabiana Severi e Profa. Dra. Marcia Nina.

➤ Apoio no **“Seminário Internacional Gênero e Direito: Desafios para a Despatriarcalização do Sistema de Justiça na América Latina”**, produzido pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE) e a 66ª Reunião do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AMAERJ)

➤ **Evento Social (Brasil pela Paz)**, realizado em 21/08/2018, por iniciativa do Dr. Paulo de Tarso Tamburini, Juiz Auxiliar do STF, com o apoio da COEM e da AMAERJ, no Teatro Popular Oscar Niemeyer em Niterói, com palestras e depoimentos de representantes da OAB, Mulheres e Transexuais.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

FÓRUM NACIONAL DOS JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FONAVID)

Magistrados e Magistradas que atuam na competência violência doméstica e familiar participaram do **IX FONAVID**, realizado entre os dias 08 a 11 de novembro de 2017, na cidade de Natal/RN. Foram eles:

- ❖ Juíza **Adriana Ramos de Mello**, titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca da Capital.
- ❖ Juíza **Camilla Rocha Guerin**, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar e Especial Adjunto Criminal da Comarca de Saquarema.
- ❖ Juiz **Adriano Celestino Santos**, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar e Especial Adjunto Criminal da Comarca de Cabo frio.

Em 2018, as seguintes Magistradas, membros da COEM, participaram do **X FONAVID**, realizado entre os dias 12 a 15 de novembro de 2018, na cidade de Recife/PE:

- ❖ Desembargadora **Suely Lopes Magalhães**, Coordenadora da COEM.
- ❖ Juíza **Katerine Jatahy Kitsos Nygaard**, Presidente do GT-Feminicídio.
- ❖ Juíza **Yedda Christina Ching-San Filizzola Assunção**, titular do IV Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Regional de Bangu.

Na ocasião, a Des. Suely Lopes Magalhães, Coordenadora da COEM, participou da **I Reunião do Colégio de Coordenadores (as) da Mulher**, realizada em 12/11/2018.

SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

➤ Organização e apoio às 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Edições da Campanha **“Semana Justiça pela Paz em Casa”**.

Realização das reuniões para a organização da campanha:

- ❖ 8ª Edição: 26/06/2017; 24/07/2017; 15/08/2017.
- ❖ 9ª Edição: 30/10/2017.

- ❖ 10ª Edição: 24.01.2018.
- ❖ 11ª Edição: 09.07.2018
- ❖ 12ª Edição: 05.11.2018 (Reunião interna com os representantes do TJRJ e externa com os órgãos MP, DP e PCIVIL)
- Envio das **Programações de todas as edições da campanha 8ª Semana Justiça pela Paz em Casa** para o Conselho Nacional de Justiça.
- Colaboração da **Confederação Brasileira de Futebol (CBF)** na divulgação da **8ª Edição Campanha Justiça pela Paz em Casa** durante os jogos de futebol que ocorreram no Rio de Janeiro, com a presença de representantes do TJRJ.
- Envio do **Roteiro de Entrevista “Nova Semana Justiça pela Paz em Casa”** encaminhado pelo CNJ para preenchimento => 19/12/2017.
- Disponibilização do **Ônibus Violeta** para divulgação da Lei Maria da Penha e apoio ao evento.
- Em 05/11/2018 foi realizada com representantes dos órgãos **MP, DP e Polícia Civil** na qual foram apresentadas ações para 12ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa (Reunião externa)
- **Distribuição de cartilhas, cartazes e folders** sobre a **Lei Maria da Penha** para todas as serventias com competência em violência doméstica e familiar contra a mulher do Estado, para a Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (**CEJUVIDA**), Sala Lilás localizada no Instituto Médico Legal (**IML**) e Delegacias de Atendimento à Mulher (**DEAM's**).
- **Solicitação à DPRJ e MPRJ** a fim de designarem Defensores e Promotores, respectivamente, em auxílio aos Magistrados nos períodos das campanhas.
- Solicitação à COMAQ para **designação de magistrados** em auxílio nos períodos das campanhas.
- Apoio à Campanha **Plano de Comunicação desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça** com ações publicidade, mídias sociais e de imprensa para a Semana Justiça pela Paz em Casa.
- Envio dos **dados estatísticos** referentes aos resultados da **7ª, 8ª, 9ª 10ª, 11ª e 12ª Semana pela Paz em Casa** => ao final de cada edição.

QUESTIONÁRIOS DO CNJ

META 8 – Metas Nacional do Poder Judiciário elaboradas pelo CNJ

Em 2017 foi criada a META 8 dentre as **Metas Nacionais do Poder Judiciário**: “Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres”.

Diante disso, foi criada a rotina de preenchimento de um relatório/formulário para ser enviado ao CNJ quatro vezes ao ano. Esta Coordenadoria cumpriu todos os prazos. (Maio, agosto, setembro e dezembro)

Para o preenchimento das informações da Meta 8, **faz-se necessário o encaminhamento de correio eletrônico à todas as serventias de competência em violência doméstica** com questionamentos acerca do suporte de Equipes Técnicas para atendimento psicossocial, cujas respostas são consolidadas por esta Coordenadoria para preenchimento do formulário Meta 8.

SISTEMA JUSTIÇA EM NÚMEROS

O sistema “Justiça em Números” compõem o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias e sob a coordenação da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, onde é medido a produtividade de cada Tribunal. A COEM, junto a CGJ/DIATI, encaminha o formulário da competência violência doméstica e familiar contra mulher a DGJUR/DEIGE, que consolida as respostas no sistema. **O referido questionário é encaminhado no mês de maio, agosto e dezembro.**

MANUAL DE ROTINAS E ESTRUTURAÇÃO DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em 11/05/2018, a COEM encaminhou sugestões apresentadas pelos JVDJM's para contribuir com a elaboração do Manual de Rotinas e estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra

Mulher, em atendimento ao solicitado no Ofício nº0439002 – SG de 25/04/2018.

JORNADA LEI MARIA DA PENHA

Uma vez ao ano, desde 2007, o CNJ realiza a Jornada de Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha. Ao final de cada edição é produzida uma Carta onde são apresentadas as propostas de ação para subsidiar a implementação da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. A COEM realiza a indicação dos representantes do Estado do Rio de Janeiro para participarem do evento. Em sua XII Jornada, a Coordenadora da COEM, Des. Suely Lopes Magalhães, representou o Estado do Rio de Janeiro.

FORMAÇÃO CONTINUADA (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA UMA QUESTÃO DE GÊNERO: VALORES E POSSIBILIDADES)

O Conselho Nacional de Justiça e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), promoveram o Curso de **Formação Continuada “Violência Doméstica, uma questão de gênero: valores e possibilidades”** para Magistrados que atuam na competência de violência doméstica e familiar contra a mulher. A 1ª Edição do curso, foi realizada no período de 12 a 14 de dezembro de 2017, por meio da convocação do CNJ (Ofício nº529/2017). E a 2ª Edição, foi realizada do no período de 20 a 22 de fevereiro de 2018, por meio da convocação do CNJ (Ofício nº0394550 - SG).

Na 1ª Edição do curso, compareceram:

- Juiz André Luiz Nicolitt;
- Juiz Manoel Tavares Cavalcanti;
- Juíza Georgia Vasconcellos da Cruz;
- Juíza Ana Paula Delduque Migueis Laviola de Freitas.

Na 2ª Edição do Curso compareceram:

- Juíza Luciana Fiala de Siqueira Carvalho
- Juiz Octávio Chagas de Araújo Teixeira
- Juíza Michelle de Gouvêa Pestana Sampaio

- Juíza Camila Rocha Guerin

DEMAIS INFORMAÇÕES – CNJ

- Enviado correio eletrônico com a relação das **varas exclusivas** de violência doméstica, elencando as respectivas comarcas, o nome e os contatos dos(as) juizes(as) titulares de cada uma delas. (25/08/2017)
- Encaminhamento dos **dados da COEM**, junto ao **Ato Executivo nº 182/2017**, de sua criação, ao **CNJ** em 27/10/2017.

FEMINICÍDIO – PROTOCOLO VIOLETA LARANJA

O **Protocolo Violeta/Laranja- Femicídio** tem por objetivo acelerar o acesso à Justiça às mulheres sobreviventes e eventuais familiares em situação de extrema vulnerabilidade e em risco de grave morte ou de lesão à sua integridade física. O Protocolo assegura que as medidas protetivas de urgência sejam concedidas em espaço de tempo adequado nos crimes de feminicídio, reduzindo o tempo entre o registro do fato e a decisão judicial que as concede. Essa ação conta com a atuação e colaboração das **quatro varas criminais da capital com competência de Tribunal do Júri**, do I Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, e do **Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDEM)**.

➤ A Portaria nº1586/2018 criou o Grupo de trabalho para elaboração de Protocolo para investigação e colheita de provas nos casos de Femicídio (**GT-Femicídio**). Composição:

- Juíza de Direito **Dra. Katerine Jatahy Kitsos Nygaard** - Presidente;
- Juíza de Direito **Dra. Adriana Ramos de Mello**;
- Juíza de Direito **Dra. Elizabeth Machado Louro**;
- Juiz de Direito **Dr. Alexandre Abrahão Dias Teixeira**;
- Juíza de Direito **Dra. Luciana Fiala de Siqueira Carvalho**;
- Juíza de Direito **Dra. Juíza Yedda Christina Ching-San Filizzola Assunção**.

- Em 04/07/2018 e 30/07/2018 foram realizadas reuniões para tratativas e estudos visando a implementação do Protocolo Violeta Laranja.
- **Processo administrativo de nº 2018-0141146**, iniciado pela COEM através do **Memorando PRES/COEM nº32/2018** direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, solicitando a elaboração de Ato Normativo para orientar Juízes Criminais sobre a importância na identificação do ilícito de feminicídio e do recadastramento dos processos para fins de classe/assunto de feminicídio, a qualquer momento. O referido processo encontra-se no CGJ/NUJAC, submetido ao Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa, juiz auxiliar da CGJ (Última visualização em 06/12/2018).
- **Implementação** do Protocolo interno para investigação e colheita de provas nos casos de feminicídio, pela **Portaria nº1586/2018 (Protocolo Violeta-Laranja)**.
- **Processo administrativo de nº2018-01437775**, instaurado pela COEM através do **Memorando PRES/COEM nº34/2018**, direcionado ao Presidente do TJRJ, encaminhando o Projeto Piloto do Protocolo Violeta/Laranja – Feminicídio e informando sobre a cerimônia de assinatura. O referido processo encontra-se arquivado (Última visualização em 05.11.2018).
- **Processo administrativo de nº 2018-0143777**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº35/2018** direcionado ao Corregedor-geral da Justiça, encaminhando o Projeto Piloto do Protocolo Violeta/Laranja – Feminicídio e informando sobre a cerimônia de assinatura. O referido processo encontra-se arquivado (Última visualização 05.11.2018).
- **Processo administrativo de nº2018-0147992**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº38/2018** direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, solicitando que seja verificada a viabilidade de designação de profissional em auxílio ao I JVDFM nos casos do Protocolo Violeta/Laranja – Feminicídio, quando houver necessidade. O objeto foi atendido. O referido processo encontra-se no CGJ/NUJAC, submetido ao Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa (Última visualização em 06/12/2018).

- Em 14/09/2018 foi definido o **fluxo de trabalho dos cartórios dos I, II, III, VI Tribunais do Júri** para os casos do Protocolo Violeta-Laranja.

CENTRAL JUDICIÁRIA DE ABRIGAMENTO PROVISÓRIO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (CEJUVIDA) – PLANTÃO JUDICIÁRIO

A **Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência de Doméstica - CEJUVIDA** foi criada pelo **Ato Executivo nº 2610/2010** da Presidência do PJERJ, para dar apoio e auxílio às mulheres e seus filhos menores vítimas de violência doméstica e familiar quando em situação de grave ameaça ou risco.

Integrada ao Plantão Judiciário, a CEJUVIDA foi concebida para servir como um núcleo integrado de apoio aos Juízes competentes e aos Delegados de Polícia, que fora do horário forense, precisam garantir o encaminhamento emergencial seguro e célere de mulheres e seus filhos menores às casas-abrigo.

Este serviço **funciona diariamente das 18h às 11h do dia seguinte, finais de semana e feriados**, prestando inclusive o primeiro atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sempre que os serviços especializados dos centros de referência não estiverem em funcionamento.

A equipe do plantão judiciário funciona em uma sala privada e é formada por 8 servidores especialmente selecionados e capacitados, com formação em psicologia ou serviço social. Dois motoristas munidos de radiotransmissor e carros do PJERJ, são parte também da equipe de apoio.

- **Visita realizada à CEJUVIDA** onde foi feito um levantamento das sugestões dos servidores para otimizar a rotina de trabalho e melhorar o atendimento às mulheres vítimas (maio/2017);

- **Processo administrativo 2016-0104250** foi iniciado a partir de um estudo realizado sobre as **atribuições da CEJUVIDA**, com posterior elaboração de minuta de **alteração do Ato Executivo nº 69/2017**. O referido processo encontra-se na DGLOG/DEATE. Sra. Gisele da DEATE informou que a Divisão está realizando um relatório para o

esclarecimento da utilização do carro da CEJUVIDA (Última visualização 07/12/2018).

➤ Em 21/07/2017 foi definido o **fluxo de abrigamento** das vítimas de violência doméstica,

➤ Em 15/01/2018 foi realizada reunião para avaliar o funcionamento do **fluxo de abrigamento**.

➤ **Processo Administrativo nº 2018-047938**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº13/2018**, direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, **solicitando Indicação de Servidor para integrar a equipe da Central judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima da Violência Doméstica (CEJUVIDA), integrada ao Plantão judiciário**. O Objeto foi atendido, designando um servidor a CEJUVIDA. O referido encontra-se localizado na Divisão de Pessoas (CGJ/DIPES). (Última visualização 05/12/2018).

➤ Em 25/05/2018 foram definidas estratégias para a comunicação existente entre a **Polícia Civil** e a **CEJUVIDA** de forma a possibilitar maior efetividade no encaminhamento das mulheres em situação de risco.

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0095612**, instaurado pela COEM, através do **Memorando PRES/COEM nº19/2018**, direcionado ao Diretor do Departamento de Segurança Eletrônica e de Telecomunicações (DETEL), **solicitando a análise de fornecimento de um ramal para o atendimento da CEJUVIDA, para melhor atendimento às vítimas de violência**. A solicitação foi atendida. O referido processo encontra-se arquivado. (Última visualização 11/06/2018).

POLICIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PCERJ)

➤ Em 05/07/2017 foi realizada reunião com os **Delegados de Polícia**, onde foi apresentado o **fluxo de trabalho do Projeto Violeta**.

➤ Enviado o Ofício PRES/COEM nº12/2018 direcionado ao Chefe de Polícia Civil, Delegado Rivaldo Barbosa, **convidando-o para a reunião realizada em 02/05/2018**, bem como o auxílio para encaminhamento do presente convite: À Diretora do Departamento Geral de Polícia

Técnico-Científica (DGPTC); À Diretora da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher (DPAM) Aos Delegados responsáveis pelas Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs); Aos Delegados responsáveis pelas Delegacias de Homicídios (DHs); Às demais Delegacias com atribuição para atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tentativa de homicídios e homicídios.

➤ Em 02.05.2018 foi realizada uma reunião com os **Delegados de Polícia**, onde foi apresentado o fluxo de trabalho do Projeto Violeta, bem como esclarecido fluxo da comunicação eletrônica entre as Delegacias e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra mulher.

SENSIBILIZAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA

No dia 05.11.2018 foi realizada uma sensibilização com os representantes da Polícia Civil, com o intuito de promover um melhor atendimento às mulheres em situação de risco que chegam às Delegacias de Polícia.

NÚCLEO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (NUPEM)

CAPITAL

I e V Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Implementado através do **Provimento CGJ nº 12/2017**

NOVA IGUAÇU

Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Nova Iguaçu

Implementado através do **Provimento CGJ nº 44/2018 – Publicado em 16/10/2018**

Cerimônia de Inauguração realizada em 26.11.2018

BANGU

II e IV Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Regionais de Campo Grande e Bangu)

Implementado através do **Provimento CGJ nº 43/2018 – Publicado em 16/10/2018**

Cerimônia de Inauguração realizada em 26.11.2018

➤ **Processo Administrativo nº 2018-0044959**, instaurado pela COEM, por meio do **Memorando PRES/COEM nº11/2018** direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, **solicitando a Instalação de um Núcleo de Penas e Medidas Alternativas do II e IV juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. O referido processo está apensado ao processo administrativo de nº 2017-105370, que se encontra arquivado pela E. Corregedoria-Geral. (*Última visualização em 05/12/2018*).

➤ **Processo administrativo de nº2018-0185913**, instaurado pela COEM, por meio do de **Memorando PRES/COEM nº46/2018** direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, **solicitando que sejam instalados Núcleos de Penas e Medidas Alternativas (NUPEM) para o II e IV JVDFM** (Regionais de Campo Grande e Bangu) e outro para o **JVDFM da Comarca de Nova Iguaçu-Mesquita**. O referido processo está apensado ao processo administrativo de nº 2017-105370, que se encontra arquivado pela E. Corregedoria-Geral. (*Última visualização em 05.12.2018*).

➤ **Processo administrativo de nº2018-0185912**, instaurado pela COEM pelo **Memorando PRES/COEM nº48/2018** direcionado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **solicitando a designação de 3 (três) estagiários para IV JVDFM Regional de Bangu, tendo em vista a iminente implementação do NUPEM**. O referido processo se encontra em retenção no Serviço de Administração do Programa de Estágio-DGPES. (*Última visualização 05/12/2018*).

➤ **Processo administrativo de nº2018-0212539**, instaurado pela COEM, por meio do Memorando PRES/COEM nº56/2018 direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **solicitando a designação de 1 (um) estagiário do 13º Núcleo Regional – NUR para atuar no NUPEM do II e IV JVDFM Regionais de Campo Grande e Bangu**. O referido processo encontra-se no 13º NUR – Seção de Fiscalização e Disciplina. Sra. Carla do 13º NUR informou que o objeto do processo foi deferido e encaminhado ao DEDEP para sua execução (*Última visualização em 06/12/2018*).

JUSTIÇA RESTAURATIVA

➤ Indicação do Dr. **Octávio Teixeira Chagas**, Juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca de Nova Iguaçu-Mesquita, e da Dra. **Adriana Ramos de Mello**, Juíza titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca da Capital e membros COEM, para participarem do Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (**NUPEMEC**), a pedido do Juiz Alfredo Marinho em reunião realizada no dia 17/04/2017 (Ata CEJEM nº04/2017).

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos (NUPEMEC), responsável pela implementação da Justiça Restaurativa no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizou atividades junto ao Centro Judiciário de Solução de conflitos e Cidadania (CEJUSC) – Leblon, CEJUSC - Santa Cruz, CEJUSC - Leopoldina e CEJUSC - Itaipava, bem como na esfera da Vara da Infância com atribuição infracional. Profissionais capacitados pelo NUPEMEC, ou, por instituições conveniadas atuaram nessas atividades como círculos, entrevistas e mediações. Além disso, foi editada uma cartilha, disponível no Portal do TJRJ, para orientar as famílias quanto aos procedimentos da Justiça Restaurativa. Encontra-se em análise proposta para iniciar o procedimento restaurativo VII Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher - Regional da Barra da Tijuca.

GT-UNIFORMIZAÇÃO

➤ Em 2016, foi instituído pela Portaria nº1214/2016, o Grupo de Trabalho para a para uniformização dos fluxos de atendimento das equipes técnicas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (**GT-UNIFORMIZAÇÃO-JVDFM**).

➤ Em 2017 foi apresentado o **relatório final** referente ao Grupo de Trabalho para uniformização dos fluxos de atendimento das equipes técnicas (**GT-UNIFORMIZAÇÃO-JVDFM**) e deliberado por sua extinção, publicado por meio da Portaria nº2017/2017.

NOTÍCIAS DIVULGADAS

SÍTIO DO TJRJ

❖ Notícia: **“CCPJ-Rio apresenta peça e promove o lançamento do projeto 'POR ELAS’”** – publicada em 23/01/2017.

❖ Apresentação da Leitura Dramatizada “Por Elas”, promovida pelo CCMJ, como ação da 6ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **Plantão Judiciário do TJRJ oferece atendimento específico para a mulher durante o carnaval** – publicada 22/02/2017.

❖ Plantão Judiciário, junto a CEJUVIDA, funciona durante o carnaval, para a proteção da mulher.

❖ Notícia: **Na Semana da Mulher, TJRJ vai intensificar audiências de casos de violência doméstica** – publicada em 03/03/2018.

❖ TJRJ intensifica as audiências para a 7ª Edição da Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Número de medidas protetivas para mulheres mais que dobrou em cinco anos”** – publicada em 08/03/2017.

❖ Dados do Observatório Judicial da Violência contra a Mulher.

❖ Notícia: **“CNJ lança Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra Mulher”** – publicada em 10/03/2017.

❖ Com a nova Política de enfrentamento à violência contra mulher, os Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal deverão dispor, em sua estrutura organizacional, de Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar como órgãos permanentes.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça do Rio aplica mais de 1.300 sentenças na 7ª edição da Semana pela Paz em Casa”** – publicada em 14/03/2017.

❖ Números de audiências agendadas para a 7ª Edição da Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Semana de Mediação em Nova Iguaçu tem palestra sobre violência doméstica”** – publicada em 20/04/2017.

❖ O evento é uma iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e foi promovida pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos (Cejus) de Nova Iguaçu.



❖ Notícia: **”Violência Doméstica e Sistema de Justiça são temas de Curso de Formação em São Gonçalo”** – publicada em 04/05/2017.

❖ I Curso de Formação em Violência Intrafamiliar e de Gênero: Reflexão com Educadores (as).

❖ Notícia: **“Emerj leva novos juizes para visita técnica à Delegacia de Atendimento à Mulher”** - publicado em 15/05/2017.

❖ Visita realizada pela equipe de novos juizes do Tribunal de Justiça fluminense, que participa do Curso de Formação Inicial ministrado pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj), no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam) e na Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam-Centro). A visita foi acompanhada pela coordenadora do curso, juíza Adriana Ramos de Mello, titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital.



❖ Notícia: **“Justiça pela Paz em Casa terá nova edição em agosto”** – publicado em 05/07/2017.

❖ Reunião preparatória para a 8ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Emerj debate os avanços e retrocessos da Lei Maria da Penha”** – publicado em 24/07/2018.

❖ Evento “Onze Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Retrocessos”, promovido pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EMERJ.

❖ Notícia: **“Semana da Justiça pela Paz em Casa terá mais de mil audiências em todo o Estado”** – publicado 09/08/2017.

❖ Tratativas da 8ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Juíza diz que educação pode romper com a cultura da violência contra a mulher”** – publicada 09/08/2017

❖ Abertura da a 8ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“No Brasil, a cada hora e meia uma mulher morre por ser mulher’, diz defensora pública durante evento na Emerj”** – publicada em 09/08/2018.

❖ Os efeitos da Lei Maria da Penha.

❖ Notícia: **“Semana da Justiça pela Paz em Casa conta com apoio e atuação de novos juízes”** – publicado em 14/08/2017.

❖ Atuação dos novos juízes na 8ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Magistradas do TJRJ visitam Sala Lilás e destacam humanização no atendimento à mulher”** – publicado em 14/08/2017.

❖ A Des. Suely Lopes, Coordenadora da COEM e a juíza Adriana Ramos de Mello, titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, estiveram, dia 14, na Sala Lilás. O espaço, destinado a exames periciais, fica no Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IML), na Leopoldina, Centro do Rio. As magistradas acompanharam o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, e representaram o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), parceiro na criação do projeto com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG), a Secretaria de Estado de Saúde (SES), o projeto Rio Solidário e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

❖ Notícia: **“Presidente do STF participará da abertura da Semana pela Paz em Casa no TJ do Rio”** – publicado em 16/08/2017.

❖ A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, se propõe a comparecer na abertura da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJR).

❖ Notícia: **“TJRJ promove palestras em escolas sobre violência doméstica”** – publicada em 17/08/2017.

❖ Ações da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **Confira a programação do TJRJ para a Semana da Justiça pela Paz em Casa** – publicada em 18/08/2017.

❖ Programação da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa

❖ Notícia: **“Processos de feminicídio mais que dobraram em um ano, aponta Observatório da Violência contra a Mulher”** – publicada em 18/08/2017.

❖ Notícia: **“Maitê Proença vai falar na Semana da Justiça pela Paz em Casa”** – publicada em 18/08/2018.

❖ A atriz, apresentadora de TV e escritora Maitê Proença foi convidada especial para falar na abertura da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Depoimento de Maitê Proença emociona abertura da Semana da Justiça pela Paz em Casa no TJ do Rio”** – publicada em 21/08/2018.

❖ Notícia: **“Semana da Justiça pela Paz em Casa: CCMJ apresenta leitura da peça Por Elas”** – publicada em 21/08/2017.

❖ Apresentação da Leitura Dramatizada “Por Elas”, promovida CCMJ.

❖ Notícia: **“TJ do Rio promove Semana da Justiça pela Paz em Casa em jogo no Maracanã”** – publicada em 22/08/2017.

❖ Confederação Brasileira de Futebol (CBF) divulga a 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Café com Nudeca marca Semana da Justiça Pela Paz em Casa”** – publicada em 23/08/2017.

❖ Ação da CGJ/DIATI na 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Defensora faz palestra sobre a Lei Maria da Penha na escola da Barra da Tijuca”** – publicada em 23/08/2017.

❖ Ação da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Justiça pela Paz em Casa: VEP faz audiência concentrada para presos por crime de violência doméstica”** – publicada em 24/08/2018.

❖ Notícia: **“Projeto do TJ do Rio dá apoio a vítimas de violência doméstica ameaçadas de morte”** – publicada em 25/08/2018.

❖ Relato caso e as ferramentas da Lei Maria da Penha.

❖ Notícia: **Ouvidoria da Mulher completa dois anos com prestação de serviços** – publicada em 30/08/2018.

❖ Divulgação da Ouvidoria da Mulher

❖ Notícia: **“Projeto Violeta participa da campanha Porto Real pela Paz no sul do estado”** – publicada em 03/10/2017

❖ Disponibilização do Ônibus Violeta no Município de Porto Real.

❖ Notícia: **“Projeto Violeta chega a São João de Meriti”** – publicada em 02/11/2018.

❖ Implementação do Projeto Violeta na Comarca de São João de Meriti.

❖ Notícia: **“Projeto Violeta vai ajudar mulheres vítimas da violência doméstica em São João de Meriti”** – publicada em 06/11/2018.

❖ Implementação do Projeto Violeta na Comarca de São João de Meriti.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça do Rio agenda mais de mil audiências para a 9ª Semana pela Paz em Casa”** – publicada em 13/11/2017.

❖ Tratativas para a 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Deape faz palestra sobre violência doméstica na nona edição Semana da Paz em Casa”** – publicada em 21/11/2017.

❖ Ação do Deape na 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“CCMJ apresenta 'Por Elas', peça que aborda a violência contra a mulher”** – publicada em 21/11/2017.

❖ Apresentação da Leitura Dramatizada para a 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Sessões de Por Elas com debates”** – publicada em 30/11/2017.

❖ Apresentação da Leitura Dramatizada, com debates para a 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Semana da Justiça pela Paz em Casa movimentou 24.806 processos de violência contra a mulher no estado do Rio”** – publicada em 01/12/2017.

❖ Resultados da 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Especialistas debatem violência contra a mulher após encenação de 'Por Elas' no CCMJ”** – publicada em 07/12/2017.

❖ Apresentação da Leitura Dramatizada, com debates para a 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça leva agressores a refletirem sobre violência doméstica”** – publicada em 07/12/2018

❖ Resultados da ação do Grupo Reflexivo com agressores.

❖ Notícia: **“Última semana de apresentação de ‘Por Elas’”** - publicada em 13/12/2017.

❖ Apresentação da Leitura Dramatizada, com debates para a 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Juiz afirma que reflexão e educação podem contribuir para redução da violência doméstica”** – publicada em 17/12/2017.

❖ Entrevista com Dr. Octávio Chagas, juiz titular do JVDFM da Comarca da Nova Iguaçu-Mesquita.

❖ Notícia: **“Retrospectiva 2017: TJRJ proferiu mais de 5,6 mil sentenças em edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa”** – publicada em 21/12/2017.

❖ Resultados da 9ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“TJ do Rio registra aumento de casos de feminicídio em 2017”** – publicada em 08/01/2018.

❖ “O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) registrou em 2017 um aumento no número de processos de feminicídio, em relação ao ano anterior. Houve um aumento de 54 para 88 casos.”

❖ Notícia: **“Número de medidas protetivas cresce 58,94% na Capital”** – publicada em 08/01/2018.

❖ Entrevista com a Dra. Raquel Assad, membro da COEM, que relata que aumento no número de medidas protetivas concedidas se deve à política de acolhimento e ao pronto atendimento à mulher vítima de violência doméstica.

❖ Notícia: **“Violência doméstica: TJRJ traça ações preventivas com rede de atenção à mulher”** – publicada em 17/01/2018.

❖ A COEM realizou no dia 15/01/2018 a primeira reunião da rede de enfrentamento à violência com a presença de diferentes instituições.

❖ Notícia: **“Violência contra a mulher: número de medidas protetivas concedidas aumenta 60,56%”** – publicada em 07/02/2018.

❖ “O número de medidas protetivas concedidas a vítimas de violência contra a mulher aumentou 60,56% na capital fluminense em todo o ano de 2017 em relação ao ano anterior, segundo levantamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). ”

❖ Notícia: **“Atendimento humanizado de vítimas de estupro e violência doméstica vai chegar à Zona Oeste”** – publicada em 10/02/2018

❖ A expansão do projeto Sala Lilás para a Zona Oeste, uma iniciativa do TJRJ, por meio da COEM, com a rede enfrentamento à violência contra a mulher.

❖ Notícia: **“Juizado de Nova Iguaçu divulga escola que orienta homens envolvidos em agressões contra mulheres”** – publicada em 28/02/2018.

❖ Em entrevista com Dr. Octávio Chagas de Araújo, titular do JVDPM de Nova Iguaçu-Mesquita e membro da COEM, o magistrado discorre sobre o Projeto Escola de Homens e o evento que ocorreu em 05/03/2018, como parte da 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“TJRJ participa da Semana da Justiça pela Paz em Casa, que chega a 10ª edição”** – publicada em 02/03/2018.

❖ As tratativas e ações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para a 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Projeto Violeta já realizou 194 atendimentos neste ano”** – publicada em 08/03/2018.

❖ A notícia aborda os atendimentos realizados pelo Projeto Violeta nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher integrantes. Dra. Adriana Ramos de Mello, titular do I JVDPM da Capital e membro da COEM, discorre sobre o objetivo do Projeto Violeta.

❖ Notícia: “Desembargadora Suely Lopes é homenageada na Alerj no Dia Internacional da Mulher” – publicada em 08/03/2018.

❖ **Cerimônia** de entrega do Diploma Leolinda de Figueiredo a **Coordenadora da COEM**, Des. Suely Lopes Magalhães.

❖ Notícia: **“Projeto Sementes da Paz debate violência doméstica com alunos da Barra”** – publicada em 12/03/2018.

❖ O respectivo evento fez parte da 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Mais de 2,6 mil sentenças foram proferidas na Semana da Justiça pela Paz em Casa”** – publicada em 13/03/2018.

❖ Resultados do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro da 10ª Edição Campanha Nacional, Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“É empoderar a mulher e educar o homem”** – publicado em 30/03/2018.

❖ Entrevista com a Dr. Octávio Chagas, sobre o projeto Escola de Homens na serventia que atua.

❖ Notícia: **Violência doméstica: tecnologia da informação pode agilizar atendimento às vítimas** – publicada em 03/05/2018.

❖ Reunião com **Delegados de Polícia** sobre o fluxo de trabalho do Projeto Violeta e a comunicação eletrônica entre as Delegacias e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra mulher.

❖ Notícia: **“Homenagens à vereadora Marielle marcam encontro de juizados de violência doméstica”** – publicada em 11/05/2018

❖ Encontro das Equipes Técnicas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, promovido pela CGJ/DIATI e COEM, é marcado por homenagens à vereadora Marielle.

❖ Notícia: **“TJ realiza reunião preparatória para a 11ª Semana Justiça pela Paz em Casa”** – publicado em 09/07/2018.

❖ A COEM realizou, em 09/07/2018, reunião com demais divisões e diretorias para iniciar as tratativas para a 11ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Rede estadual de proteção às mulheres debate realização da Semana da Justiça pela Paz em Casa”** – publicada em 19/07/2018

❖ A COEM se reuniu com a rede de enfrentamento à violência contra mulher, no dia 18/07/2018.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça do Rio já agendou 1.391 audiências para a 11ª Semana da Justiça pela Paz em Casa”** – publicado em 27/07/2018.

❖ As tratativas realizadas do Estado do Rio de Janeiro para a 11ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Proteção para a mulher: TJRJ já deferiu mais de 10 mil medidas protetivas de urgência este ano”** – publicada em 12/07/2018.

❖ Em entrevista com Dra. Luciana Fiala, titular do V JVDFM e Dra. Yedda Fillizzola, titular do IV JVDFM, membros da COEM, as magistradas relatam sobre medidas protetivas.

❖ Notícia: **“Ouvidoria da Mulher: auxílio no acompanhamento da movimentação processual”** – publicado em 06/08/2018.

❖ Divulgação do canal de comunicação da Ouvidoria da Mulher.

❖ Notícia: **“TJRJ promove assinatura do Protocolo Violeta/Laranja – Femicídio no próximo dia 21”** – publicado em 16/08/2018.

❖ Cerimônia de assinatura do Protocolo Violeta/Laranja-Femicídio, com o objetivo de acelerar o acesso à Justiça às mulheres sobreviventes e eventuais familiares em situação de extrema vulnerabilidade e em risco de grave morte ou de lesão à sua integridade física.

❖ Notícia: **“11ª Semana pela Paz em Casa: violência contra a mulher em debate”** – publicado em 20/08/2018.

❖ Ação do TJRJ para a 11ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Termina hoje Projeto Violeta em Campo Grande”** – publicado em 20/08/2018.

❖ Disponibilização do Ônibus Violeta no Fórum de Campo Grande para a divulgação da Lei Maria da Penha.

❖ Notícia: **“TJRJ assina programa pioneiro de combate à violência de gênero”** – publicado em 21/08/2018.

❖ Divulgação da assinatura do Protocolo Violeta-Laranja, que visa acelerar o atendimento das vítimas sobreviventes de feminicídio e familiares em situação vulnerável.

❖ Notícia: **“Oficiais de justiça recebem capacitação para lidar com casos de violência contra a mulher”** – publicado em 24/08/2018.

❖ Curso de capacitação de oficiais de justiça, promovido pela COEM com o apoio da CGJ, para intensificar a preparação dos profissionais a enfrentar esse tipo de situação.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça do Rio movimenta quase 30 mil processos na 11ª Semana pela Paz em Casa”** – publicado em 30/08/2018.

❖ Dados finais da 11ª Semana pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Exposição no Fórum de Angra dos Reis discute violência doméstica”** – publicado em 31/08/2018.

❖ Comarca de Angra dos Reis promove ação como programação da 11ª Semana Justiça pela Paz em casa.

❖ Notícia: **“TJRJ inaugura Sala Lilás de Campo Grande no dia 10”**
– publicada em 03/09/2018.

❖ Divulgação da inauguração da Sala Lilás no IML de Campo Grande, iniciativa do TJRJ, com o Governo Estadual e Municipal do Rio de Janeiro.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça do Rio inaugura Sala Lilás no IML de Campo Grande”** – publicado em 10/09/2018

❖ Cerimônia de inauguração da Sala Lilás no IML de Campo Grande, realizada em 10/09/2018.

❖ Notícia: **“Tribunal de Justiça do Rio inaugura Sala Lilás no IML de Campo Grande”**

❖ Notícia: **“Juízas falam sobre Violência Doméstica e Direito de Família para oficiais e praças da Marinha”**- publicado em 02/10/2018.

❖ “As juízas Yedda Christina Ching San Filizzola Assunção, do 4º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Telmira de Barros Mondego, titular do 17º Juizado Especial Criminal, e Mirian Tereza Castro Neves de Souza Lima, titular da 1ª Vara de Família do Fórum de Bangu, participaram do evento, explicando conceitos, esclarecendo dúvidas e respondendo a perguntas da plateia”.

❖ Notícia: **“TJRJ e Sebrae realizam atividades voltadas às mulheres vítimas de violência doméstica”** – publicado em 11/10/2018.

❖ Em reunião realizada no próprio dia 10, a COEM, recebeu representantes do Sebrae para planejar as atividades voltadas para vítimas de violência doméstica e familiar.

❖ Notícia: **“Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência apresenta Sala Lilás para Niterói”** – publicado em 22/10/2018.

❖ Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) se reúne com a rede de proteção à mulher de Niterói para as tratativas para a implementação da Sala Lilás.

❖ Notícia: **“TJ do Rio acerta detalhes para a 12ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa”** – publicado em 05/11/2018

❖ COEM realiza, em 05/11/2018, reunião preparatória para a 12ª Edição Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Delegados e Inspectores de Polícia têm reunião na COEM sobre Projeto Violeta/Laranja”** - publicado 05/11/2018.

❖ COEM, realizou no dia 5, reunião com delegados e inspetores da Polícia Civil, especialmente das Delegacias de Homicídios com o intuito de esclarecer informações sobre o Projeto Violeta e Violeta-Laranja.

❖ Notícia: **“Em palestra, juíza explica métodos de abordagem para cumprir decisões ligadas à violência doméstica”** – publicado em 07/11/2018.

❖ Palestra realizada pela juíza Yedda Christina San Filizzola Assunção, do IV Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Regional de Bangu com o objetivo de esclarecer a abordagem policial para cumprir decisões ligadas à violência doméstica.

❖ Notícia: **“Rede de enfrentamento avalia resultados das ações de proteção à mulher”** – publicado em 07/11/2018.

❖ A Rede de enfrentamento avalia resultados das ações de proteção à mulher.

❖ Notícia: **“Violência Doméstica: centrais de mandados buscam dar mais efetividade a medidas protetivas”** – publicado em 14/11/2018.

❖ Encontro dos Coordenadores de Centrais de Mandados de Fóruns Regionais da Capital, que são sede de Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, na Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores, no Fórum Central, com o intuito de avaliarem estratégias para dar mais efetividade ao cumprimento de mandados judiciais de urgência em casos de violência doméstica.

❖ Notícia: **“Semana pela Paz em Casa terá núcleos de execução penal para violência doméstica”** – publicado 23/11/2018

❖ Implementação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas (NUPEM) nos II e IV Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher Regionais de Campo Grande e Bangu e no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Nova Iguaçu.

❖ **Notícia: “Dia Laranja alerta para urgência de eliminar violência contra mulheres”** – publicado em 24/11/2018.

❖ Atuação do Protocolo Laranja e as vítimas de Femicídio – O protocolo garante à mulher vítima de violência doméstica a aplicação da Lei Maria da Penha também nos casos de competência do tribunal do júri, com atendimento humanizado e livre acesso à Justiça, assegurando

que as medidas protetivas sejam deferidas e executadas em um curto espaço de tempo.

❖ Notícia: **“Juizado de Violência Doméstica de Nova Iguaçu ganha Núcleo de Penas e Medidas Alternativa”** – publicado em 26/11/2018

❖ Cerimônia de Inauguração do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas (NUPEM) no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Nova Iguaçu.

❖ Notícia: **“Assistentes sociais e psicólogos do TJRJ debatem estratégias para combater a violência de gênero”** – publicado em 28/11/2018

❖ Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), por meio da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI), promoveu o debate “Estratégias de atuação técnica para o enfrentamento da violência de gênero”, voltado para assistentes sociais e psicólogos que atuam em Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

❖ Notícia: **“Núcleo de Penas e Medidas Alternativas chega à Zona Oeste”** – publicado em 29/11/2018

❖ Implantação Núcleos de Penas e Medidas Alternativas (NUPEM nos II e IV Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher Regionais de Campo Grande e Bangu, localizados na Zona Oeste do Estado do Rio de Janeiro.

❖ Notícia: **“Centrais de Mandados apresentam propostas para aumentar efetividade de medidas protetivas”** – publicado em 29/11/2018.

❖ Encontro dos Coordenadores de Centrais de Mandados de Fóruns Regionais da Barra da Tijuca de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, com a juíza titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, Exma. Dra. Adriana Ramos de Mello, para debater propostas que aumentem a efetividade do cumprimento dos mandados judiciais de urgência em casos de violência doméstica.

❖ Notícia: **“TJRJ e Sebrae realizam oficina para mulheres vítimas de violência”** – publicado em 30/11/2018.

❖ Oficina de empreendedorismo para mulheres vítimas de violência doméstica (Lab de Ideias – um espaço de estímulo à criação de novos conhecimentos) => **Notícia publicada em 30/11/2018.**

❖ Notícia: **“Semana da Justiça pela Paz em Casa registra mais de 3,6 mil decisões e sentenças”** – publicado em 05/12/2018.

❖ Resultado finais do Estado do Rio de Janeiro para a 12ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

❖ Notícia: **“Observatório da mulher: total de medidas protetivas de urgência é o maior em seis anos”** - publicada em 06/12/2018.

❖ O Observatório Judicial da Violência contra a Mulher, portal que reúne todos os tipos de informações e dados sobre violência doméstica de gênero como o acompanhamento estatístico do fenômeno da violência doméstica no Judiciário fluminense registra o número de medidas protetivas de urgência concedidas pelo TJRJ, que é considerado o maior de toda a série histórica.

LISTA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA COEM -2017/2018

➤ **Processo administrativo nº 2017-0112529**

Origem: COEM

Assunto: Alteração

Andamento: DGLOG-DEIOP-DIMEX-SERAU-Setor de Arquivo e Desarquivamento

➤ **Processo administrativo nº 2017-0143895**

Origem: GABPRES - DICOL

Assunto: Solicitação de certificado de participação na abertura da 8ª Edição da Semana pela Paz em Casa

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0170226**

Origem: GABPRES - DICOL

Assunto: Solicitação da implementação do Projeto Violeta na Comarca de Saquarema

Andamento: GABPRES – Divisão de Acompanhamento de Contratos e Convênios Sociais de Penas e Medidas Alternativas

➤ **Processo administrativo nº 2017-0170229**

Origem: GABPRES - DICOL

Assunto: Encaminha documentação sobre a organização da 9ª Edição da Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0181071**

Origem: GABPRES - DICOL

Assunto: Inclusão de modulo referente a violência doméstica e familiar contra a mulher no curso de audiência

Andamento: EMERJ – Departamento de Administração

➤ **Processo administrativo nº 2017-0198370**

Origem: GABPRES - DICOL

Assunto: Ofício nº 70/2017- Sistema de Aud.de Custódia e o atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar pelo Projeto Violeta

Andamento: COPEP

➤ **Processo administrativo nº 2018-0016812**

Origem: COEM

Assunto: Organização da 10ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa - período de 05 a 09/03/2018.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0039735**

Origem: COEM

Assunto: Comunica indicação de servidor p/ integrar equipe CEJUVIDA integrada ao plantão.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0040229**
Origem: GABPRES - DICOL
Assunto: Encaminha cópia da Ata de Reunião da COEM p/ deliberação e elaboração de minuta normativa sobre Projeto Violeta
Andamento: DGLOG – Gabinete

- **Processo administrativo nº 2018-0044958**
Origem: GABPRES - DICOL
Assunto: Termo de Abertura – Solicita computar as horas referentes ao Encontro de Equipes Técnicos dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.
Andamento: DGPES - Serviço de Informação Inscrição Frequência

- **Processo administrativo nº 2018-0047938**
Origem: COEM
Assunto: Designação de servidor p/ integrar a equipe da CEJUVIDA integrada ao Plantão Judiciário.
Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0075542**
Origem: COEM
Assunto: Impossibilidade dos juízos com competência em VDFM abarcarem a competência sobre crimes contra criança/adolescente.
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0113790**
Origem: GABPRES - DICOL
Assunto: Termo de Abertura – Documentos diversos - Organização da 11ª Edição da Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0128273**
Origem: COEM

Assunto: Designação magistrados auxiliar para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 11ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0136833**

Origem: GABPRES - DICOL

Assunto: Ofício nº 18/2018-GAB de 24/07/2018 - Solicita a designação de juiz em aux. no período de 20 a 24/08/2018- GAB

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0185908**

Origem: COEM

Assunto: Documentos diversos - Objetivo de Organização da 12 Edição da Campanha Semana Justiça pela Paz em Casa

Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0186290**

Origem: COEM

Assunto: Solicita melhorias no sistema informatizado - DCP

Andamento: DGTEC – Divisão de Sup Sist Corp Jud Pri Inst e Aux

➤ **Processo administrativo nº 2018-0208763**

Origem: COEM

Assunto: Designação de magistrados em auxílio aos juízos com competência em VDFM – 12ª Edição da Campanha - Semana Justiça pela Paz em Casa.

➤ **Processo administrativo nº 2018-0137392**

Origem: COEM

Assunto: Solicita a conveniência de aceitar doações para a implementação do Projeto Violeta no JVDFM - Belford Roxo

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0141965**

Origem: COEM

Assunto: Termo de Abertura – Convênio entre o TJRJ, SENAC e SEBRAE

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0143777**

Origem: COEM

Assunto: Projeto Piloto do Protocolo Violeta-Laranja/Feminicídio –
Assinatura CGJ

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-01437775**

Origem: COEM

Assunto: Projeto Piloto do Protocolo Violeta-Laranja/Feminicídio –
Assinatura

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2012-0157910**

Origem: DGESP - Departamento Apoio aos Órgãos Colegiados
Administrativos

Assunto: Encaminha para atuação a R. decisão anexo, a fim de darem a
início a novo processo administrativo.

Andamento: GABPRES – Serviço de arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2016-0196887**

Origem: DGESP - Departamento Apoio aos Órgãos Colegiados
Administrativos

Assunto: Termo de abertura de processo administrativo para elaboração
de ato de instituição de grupo de trabalho (GT-Feminicídio) para auxílio
a CEJEM.

Andamento: Arquivo Central

➤ **Processo administrativo nº 2017-0095796**

Origem: DGESP - Departamento Apoio aos Órgãos Colegiados
Administrativos

Assunto: Mensagem do Presidente do FONAVID - Edital n.02/2017 -
Convocação p/ 2 Reunião preparatória do Fórum.
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0102427**

Origem: DGESP – Departamento Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos

Assunto: Documento da Associação Clarke - Solicitação de cooperação com o TJ, p/ semana de combate à violência doméstica

Andamento: COEM – Apensado ao processo 2017-0117939.

➤ **Processo administrativo nº 2017-0117939**

Origem: DGESP – Departamento Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos

Assunto: Abertura do processo administrativo – 8ª Edição da Campa Justiça pela Paz em Casa - COEM

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0077636**

Origem: CEJEM

Assunto: Minuta de Ato Executivo, que visa instituir Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COPEM).

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0104269**

Origem: COEM

Assunto: Designação de um estagiário para o JVDFM da Comarca de São João de Meriti

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0104267**

Origem: COEM

Assunto: Designação de profissionais com especialidade em psicologia ou serviço social para os JVD FM da Comarca de Cabo Frio e São João de Meriti.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0104266**

Origem: COEM

Assunto: Desenvolvimento de indicador para medir o lapso temporal entre o recebimento e a apreciação da medida protetiva nos JVD FM.

Andamento: DGTEC – Serviço de Suporte a Estatística

➤ **Processo administrativo nº 2017-112529**

Origem: COEM

Assunto: **Encaminhamento das medidas protetivas por correio eletrônico**

Andamento: CJG/DGFAJ

➤ **Processo administrativo nº 2017-0154206**

Origem: COEM

Assunto: Mandados de intimação expedidos pelos JVD FM têm vindo com certidões de periculosidade.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0170227**

Origem: COEM

Assunto: Distribuição de medidas protetivas de urgências pelos próprios cartórios dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com competência exclusiva, únicos na Comarca.

Andamento: CGJ - Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0023480**

Origem: COEM

Assunto: Designação de magistrados em auxílio aos Juízos com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no mês

de março de 2018, para o período da 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0126172**

Origem: COEM

Assunto: Recomendação para o cartório do Plantão Judiciário

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo.

➤ **Processo administrativo nº 2018-0126170**

Origem: COEM

Assunto: Selo de reconhecimento às empresas que colaboram com o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0141141**

Origem: COEM

Assunto: Elaboração de Aviso para definir fluxo de atualização/alimentação do sistema DCP, principalmente no que se refere à intimação do acusado.

Andamento: DGTEC

➤ **Processo administrativo nº 2018-0171739**

Origem: COEM

Assunto: Solicitação para que os mandados de violência doméstica contra a mulher, em especial de feminicídio sejam relacionados para a Central de Mandados correta, sem necessidade de devolução ao cartório que expediu.

Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0176414**

Origem: COEM

Assunto: Solicitação de um estudo prévio visando a celebração com Universidades para abranger vários municípios do Rio de Janeiro.

Andamento: CGJ/DIATI

- **Processo administrativo nº 2018-0185911**
Origem: COEM
Assunto: Disponibilização da sala mediação no Fórum de Angra dos Reis.
O referido processo está no NUPEMEC.
Andamento: Gabinete do Des. César Cury

- **Processo administrativo nº 2018-40229**
Origem: COEM
Assunto: Ato Normativo para a institucionalização do Projeto Violeta.
Andamento: Gabinete da DGLOG.

- **Processo administrativo nº 2018-0137392**
Origem: COEM
Assunto: Doações, para implementação do Projeto Violeta em Belford Roxo
Andamento: COEM

- **Processo administrativo nº 2018-0098370**
Origem: COEM
Assunto: Minuta de Provimento que dispõe sobre procedimento das medidas protetivas de urgência no Plantão Judiciário.
Andamento: CGJU/DGFAJ

- **Processo administrativo nº 2018-014158**
Origem: COEM
Assunto: Manutenção e designação de servidores para o JVDFM da Comarca de Belford Roxo, tendo vista a previsão da implementação do Projeto Violeta.
Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0174160**
Origem: COEM
Assunto: Designação de estagiário para o JVDFM da Comarca de Belford Roxo, atendendo o Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº13/2018).

Andamento: Serviço de Administração do Programa do estágio – DGPES

➤ **Processo administrativo nº 2017-112529**

Origem: COEM

Assunto: Publicação de uma norma que permita o envio, por correio eletrônico, dos registros de ocorrência referentes às medidas protetivas de urgência, aos Juízos com competência de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Andamento: CGJ/DEDIS

➤ **Processo administrativo nº 2018-0098370**

Origem: COEM

Assunto: Elaboração de Provimento sobre o recebimento de medidas protetivas no Plantão Judiciário.

Andamento: CGJ/DEDIS

➤ **Processo administrativo nº 2018-0215865**

Origem: COEM

Assunto: Implementação da Sala Lilás no Instituto Médico Legal de Niterói.

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0238904**

Origem: COEM

Assunto: Sugestões apresentadas pelos Oficiais de Justiça durante a realização do curso de OJAS com competência violência doméstica e familiar.

Andamento: CGJ/DGFAJ/DIOJA

➤ **Processo administrativo nº 2018-0141965**

Origem: COEM

Assunto: Manifestação de interesse da Alta Administração em celebrar Convênio com as instituições SEBRAE e SENAC.

Andamento: COEM

- **Processo administrativo nº 2017-181071**
Origem: COEM
Assunto: Conteúdo programático do curso de formação continuada sobre “Audiência de Custódia”.
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0141146**
Origem: COEM
Assunto: Elaboração de Ato Normativo para orientar Juízes Criminais sobre a importância na identificação do ilícito de feminicídio e do recadastramento dos processos para fins de classe/assunto de feminicídio, a qualquer momento.
Andamento: NUJAC/CGJ

- **Processo administrativo nº 2018-01437775**
Origem: COEM
Assunto: Encaminhando o Projeto Piloto do Protocolo Violeta/Laranja – Feminicídio e informando sobre a cerimônia de assinatura
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0143777**
Origem: COEM
Assunto: Encaminhando o Projeto Piloto do Protocolo Violeta/Laranja – Feminicídio e informando sobre a cerimônia de assinatura.
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0147992**
Origem: COEM
Assunto: Designação de profissional em auxílio ao I JVDFM nos casos do Protocolo Violeta/Laranja – Feminicídio, quando houver necessidade. O objeto foi atendido.
Andamento: CGJ/NUJAC

- **Processo administrativo nº 2016-0104250**
Origem: COEM

Assunto: Alteração do Ato Executivo nº 69/2017

Andamento: DEATE

➤ **Processo administrativo nº 2018-047938**

Origem: COEM

Assunto: **Indicação de Servidor para integrar a equipe da Central judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima da Violência Doméstica (CEJUVIDA), integrada ao Plantão judiciário.**

Andamento: CGJ/DIPES

➤ **Processo administrativo nº 2018-0095612**

Origem: COEM

Assunto: Análise de fornecimento de um ramal para o atendimento da CEJUVIDA, para melhor atendimento às vítimas de violência.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0044959**

Origem: COEM

Assunto: Instalação de um Núcleo de Penas e Medidas Alternativas do II e IV juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Andamento: Apensado ao 2017-105370 - CGJ – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0185313**

Origem: COEM

Assunto: Instalação Núcleos de Penas e Medidas Alternativas (NUPEM) para o II e IV JVDFM (Regionais de Campo Grande e Bangu) e outro para o JVDFM da Comarca de Nova Iguaçu-Mesquita

Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0185912**

Origem: COEM

Assunto: Designação de 3 (três) estagiários para IV JVDFM Regional de Bangu, tendo em vista a iminente implementação do NUPEM.

Andamento: Serviço de Administração do Programa de Estágio-DGPES

➤ **Processo administrativo nº 2018-0212539**

Origem: COEM

Assunto: Designação de 1 (um) estagiário do 13º Núcleo Regional – NUR para atuar no NUPEM do II e IV JVDFM Regionais de Campo Grande e Bangu.

Andamento: DEDEP

**LISTA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RECEBIDOS
PELA COEM -2017/2018**

➤ **Processo administrativo nº 2012-0111825**

Origem: GABPRES – Gabinete da Presidência

Assunto: Projeto piloto-integração sistema DCP com as delegacias legais - violência domestica

Andamento: GABPRES – DICOL

➤ **Processo administrativo nº 2014-0187619**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Declara interesse em firmar convenio com o TJRJ para a concessão de estagio aos alunos regularmente matriculados nos cursos da UFF

Andamento: DGPES- Serviço de Administração de Estágio

➤ **Processo administrativo nº 2015-0149234**

Origem: GABPRES – Gabinete dos Juizes Auxiliares

Assunto: Comunica a Terceira Semana da Campanha da Violência Doméstica contra a Mulher no período de 23 a 27 de novembro de 2015

Andamento: Arquivo Central

➤ **Processo administrativo nº 2016-0065414**

Origem: Capital – I JVDFM

Assunto: Layout

Andamento: Capital – V JVDFM

- **Processo administrativo nº 2016-0065784**
Origem: Diversos (Presidência)
Assunto: Encaminha projeto do movimento ELESPORELAS de solidariedade pela igualdade de gênero desenvolvido pela ONU.
Andamento: Arquivo Central

- **Processo administrativo nº 2016-0208136**
Origem: Defensoria Pública do Estado do RJ
Assunto: Mediação judicial e Violência Doméstica
Andamento: NUPEMEC

- **Processo administrativo nº 20170050572**
Origem: Diversos (Presidência)
Assunto: Seminário 8 de março dia Internacional da Mulher - Carta encaminhada ao Governo do Estado do RJ.
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2017-0063332**
Origem: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Assunto: Prorrogação do Termo n.003/313/2013 - Convênio de Cooperação - Protocolo de informações n.003/267/2008
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2017-0105370**
Origem: Diversos (Corregedoria)
Assunto: Criação de Núcleo de Penas e Medidas Alternativas no II JVDFM
Andamento: Arquivo Central

- **Processo administrativo nº 20170114347**
Origem: CGJ/DGESP
Assunto: Comunica o Evento de Abertura da Semana Justiça pela Paz no dia 21/08/2017
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2017-0123699**

Origem: GABPRES - DEAPE

Assunto: Renovação de convênio entre o TJERJ e a Secretaria de Estado de Saúde - JVDFM

Andamento: DEAPE

➤ **Processo administrativo nº 2017-0128629**

Origem: CNJ

Assunto: Indicação de magistrado p/ participar da XI Jornada da Lei Maria da Penha, dia 18/08/17, no TJ da Bahia

Andamento: GABPRES – Assessoria de Cerimonial

➤ **Processo administrativo nº 2017-0136215**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Pedido de providencias sobre questões afetas a violência domestica

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0143844**

Origem: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

Assunto: Juizado da Violência Doméstica - Comarca de Campos dos Goytacazes

Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0143970**

Origem: Prefeitura Municipal de Porto Real

Assunto: Sol. a disponibilização do ônibus do Projeto Violeta p/ campanha Porto Real pela Paz, no dia 24/09/2017.

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2017-0170052**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Assunto: Seminário 8 de março dia Internacional da Mulher - Carta encaminhada ao governo do Estado do RJ

Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2017-0177972**
Origem: Diversos (Corregedoria)
Assunto: Deliberação da COEM - Inspeção
Andamento: CGJ/DGFAJ

- **Processo administrativo nº 2017-0191868**
Origem: CNJ
Assunto: Indicação de magistrado p/ participar do curso de Violência Doméstica, de 12 a 14/12/17 e 20 a 22/02/18.
Andamento: GABPRES – Assessoria de Cerimonial

- **Processo administrativo nº 2017-0199523**
Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil
Assunto: Encaminha projeto de lei nº 1386/16 e solicita parecer no prazo de cinco dias
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0016819**
Origem: Nova Iguaçu - JVD FM
Assunto: Indica juiz p/ substituir no período de 19 a 22/02/18 - participação do titular na 2ª Edição do Curso do CNJ.
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-0055582**
Origem: CNJ
Assunto: Pesquisa - Mulheres vítimas de violência doméstica
Andamento: CGJ/NUJAC

- **Processo administrativo nº 2018-0070882**
Origem: ALERJ
Assunto: Encaminha cópia do Termo de Adesão ao Programa - Mulher Viver sem Violência
Andamento: GABPRES – Serviço de Arquivo

- **Processo administrativo nº 2018-112356**

Origem: CNJ

Assunto: Comunica promoção da Campanha de Comunicação p/ Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa -20 a 24/8/18.

Andamento: DGLOG – Assessoria Técnica

➤ **Processo administrativo nº 2018-0123764**

Origem: CNJ

Assunto: Solicita indicar três magistrados p/ participar XII Jornada Lei Maria da Penha - 09 e 10/8/18 – Brasília – DF.

Andamento: GABPRES – Assessoria de Cerimonia

➤ **Processo administrativo nº 2018-0148198**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Solicita autorização p/ entrevistar magistrados integrantes da COEM.

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0152675**

Origem: Capital – IV JVDFM

Assunto: Homologação de Portaria nº03/2018.

Andamento: CGJ – Serviço de Arquivo

➤ **Processo administrativo nº 2018-0158344**

Origem: CNJ

Assunto: Termo de Adesão do TJERJ ao Protocolo de Intenções nº 01/2018 - CNJ e Conselho Federal de Psicologia

Andamento: DGLOG – Serviço de Gestão de Convênios e Cooperações

➤ **Processo administrativo nº 2018-0167399**

Origem: Capital – I JVDFM

Assunto: Encaminha Ofício nº 53/2018 - Solicitando aparelho celular para magistrada.

Andamento: DGSEI – Departamento de Segurança Eletrônica e Telecomunicações.

➤ **Processo administrativo nº 2018-0170264**

Origem: CNJ

Assunto: Encaminha Resolução 254/2018 – Institui Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Andamento: GABPRES – Assessoria para assuntos referentes ao CNJ

➤ **Processo administrativo nº 2018-0177473**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Solicitação da juíza c/ atuação no JVDFM, p/ implementação do Projeto Violeta na Comarca de Belford Roxo.

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0182361**

Origem: COJES – Comissão Judiciária de Articulação de Juizado Especiais

Assunto: Proposta de ampliação do convenio TJERJ com a Universidade Estácio de Sá

Andamento: COJES

➤ **Processo administrativo nº 2018-01885504**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Solicita autorizar o afastamento de magistrados e técnicos p/ participação do evento no dia 12 a 15/11/18.

Andamento: GABPRES – Assessoria de Cerimonial

➤ **Processo administrativo nº 2018-0189754**

Origem: CNJ

Assunto: Encontro preparatório Semana da Justiça pela Paz em Casa - 24/10/2018 - Brasília - DF

Andamento: GABPRES – Assessoria de Cerimonial

➤ **Processo administrativo nº 2018-0197110**

Origem: ALERJ

Assunto: Encaminha a indicação legislativa nº191/2016 - criação de JVDFM na Comarca de Petrópolis

Andamento: COEM

➤ **Processo administrativo nº 2018-0205167**

Origem: ALERJ

Assunto: Indicação Legislativa nº 192/18 - criação de Juizado Violência Doméstica e Familiar contra Mulher na Comarca de Rio das Ostras

Andamento: COMAQ

➤ **Processo administrativo nº 2018-0211235**

Origem: ALERJ

Assunto: Indicação Legislativa nº 193/16 - Solicita envio de mensagem sobre criação do JVDFM na Comarca Belford Roxo

Andamento: COMAQ

➤ **Processo administrativo nº 2018-0214653**

Origem: MP

Assunto: Solicita informações sobre recolhimento de custas casos medidas protetivas Lei M^a da Penha

Andamento: DGPCF - Divisão de Arrecadação

➤ **Processo administrativo nº 2018-0231590**

Origem: Diversos (Presidência)

Assunto: Encaminha "Carta de Recife" elaborada no X FONAVID e solicita divulgação junto aos magistrados.

Andamento: COEM